

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**A VOZ DO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO:
DO ESTADO NOVO AO FIM DA DITADURA MILITAR
(1937-1985)**

ELIANA AULER

Taquara

2012

ELIANA AULER

**A VOZ DO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO:
DO ESTADO NOVO AO FIM DA DITADURA MILITAR
(1937-1985)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História, sob orientação da Prof^a Me. Elaine Smaniotto.

Taquara

2012

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Jaci Machado, pelo apoio. Aos meus irmãos Alsemiro, Lico, Elaine e Jardelino, pelo companheirismo. À pequena Alessandra, pela distração. A todos, meu carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, neste momento, a todos os professores que tive, da primeira série até o início da minha graduação, pelo excelente exemplo que tive. Aos meus professores da FACCAT, mestres que com seus ensinamentos me conduziram para este momento tão especial. A todos os funcionários da Faccat que sempre com muita dedicação e profissionalismo estavam lá para nos ajudar.

Agradeço de forma especial aos professores Eduardo Soares e Elaine Smaniotto. Ao professor Eduardo pelo apoio e dedicação no início desta minha caminhada, na confecção do projeto do Trabalho de Conclusão e nas primeiras ideias deste. À professora Elaine, meu agradecimento e eterna gratidão, por ter aceitado dar continuidade a uma pesquisa já iniciada, mas que, com toda a dedicação e apoio, tornou as mudanças menos dolorosas.

Meu agradecimento a todos os meus colegas, os que já concluíram e aqueles que ainda estão na luta, mas principalmente a esses que junto comigo trilham essa etapa tão importante, muito esperada e sonhada. Que todos tenham sucesso e que a distância, imposta pelo fim da caminhada acadêmica, não destrua as amizades construídas no decorrer de todos esses anos.

Preciso ainda agradecer aos meus amigos, que por muitas vezes foram postos de lado em decorrência de uma leitura ou trabalho, mas mesmo assim, em vez de ficarem chateados, vibraram e continuam aqui festejando esta minha conquista, que divido com todos.

À minha família, agradeço pela paciência e apoio, pela alegria que hoje reconheço nos seus olhos pela conquista que não é só minha, mas de todos. À minha mãe agradeço, principalmente, pelo exemplo de luta, de nunca desistir, mesmo que pareça impossível, é possível mudarmos nossos destinos, é só querer e trabalhar. Aos meus irmãos, pelo companheirismo, pelas brigas, pelas festas... Mas, principalmente, por tornarem mais aceitável nossa vida, pela união e amor construídos. Aos meus avôs maternos, in memória, agradeço pelo apoio na educação e criação, hoje rendo homenagens a suas vidas e exemplos, com muita saudade.

RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade de preencher uma lacuna na historiografia ao analisar, especificamente, o programa radiofônico *A Voz do Brasil*: sua importância no Estado Novo, na Redemocratização e na Ditadura Militar. Analisamos como esses três diferentes períodos políticos utilizaram o mesmo programa, bem como o seu alcance nas décadas de 1930 até 1980. O objetivo principal é o de compreender e analisar a importância do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, no decorrer da história política brasileira, abrangendo desde o Estado Novo até a Ditadura Militar. Por isso, realizamos uma ampla revisão bibliográfica, privilegiando autores e obras que abordam o panorama político do período, a implantação e evolução da tecnologia radiofônica e o aproveitamento ideológico do referido veículo de comunicação.

Palavras-chave: Brasil. Radiodifusão. Controle da Informação. Voz do Brasil.

LISTA DE SIGLAS

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da República

AI – Atos Institucionais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNI – Departamento Nacional da Informação

EBN – Empresa Brasileira de Notícias

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PSD – Partido Social Democrático

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERÍSTICAS CONJUNTURAS: HISTÓRIA DO BRASIL (1937-1985). ..	14
2.1 A Era Vargas	14
2.1.1 Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930 – 1945).....	14
2.2 A Redemocratização	20
2.2.1 Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951).....	20
2.2.2 Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951 – 1954).....	23
2.2.3 Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961)	25
2.2.4 Governo de Jânio Quadros (1961)	27
2.2.5 Governo de João Goulart (1961-1964).....	29
2.3 A Ditadura Militar	31
2.3.1 Governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 -1967)	32
2.3.2 Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva (1967 – 1969)	33
2.3.3 Governo do General Emilio Garrastazu Médici (1969 – 1974)	34
2.3.4 Governo do General Ernesto Geisel (1974 – 1979)	36
2.3.5 Governo do General João Baptista Figueiredo (1979 – 1985)	37
3 O RÁDIO – UM MEIO DE COMUNICAÇÃO DO SÉCULO XX.....	39
3.1 O surgimento do rádio no mundo.....	39
3.2 A hora e a vez do rádio no Brasil: de 1922 até 1985	41
3.3 O rádio e os mecanismos de construção da informação	48
4 O PROGRAMA RADIOFÔNICO A VOZ DO BRASIL	55
4.1 A Hora do Brasil: a divulgação das notícias governamentais	55
4.2 A Voz do Brasil – Democraticamente continua no ar.....	60
4.2.1 A “Voz” é novamente de Getúlio	62
4.2.2 O desenvolvimentismo dentro da “Voz”	63
4.2.3 De Jânio a Jango uma “Voz” em meio a conflitos	64

4.3 A Voz do Brasil: instrumento utilizado pelos ditadores	66
4.3.1 A “Voz” e as mudanças que se descortinavam	72
5 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

O tema central da nossa pesquisa é analisar o programa radiofônico, criado em 22 de julho de 1935, na época, a *Hora do Brasil* e, atualmente, denominado *A Voz do Brasil*, para perceber como foi estruturado e mantido pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo; pelos governantes do período democrático, de 1945 a 1964; e, depois, pela ditadura militar, até 1985. Analisamos, então, como estes diferentes períodos políticos, vivenciados no Brasil, utilizaram esse programa, bem como o seu alcance durante as décadas de 1930 até 1980.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, que abrange o panorama político e ideológico desses diferentes regimes. Escrever sobre a história política do Brasil no espaço de tempo que se estende, desde a década de 1930 até 1980, é, para nós, uma tarefa muito densa, devido à grande quantidade de obras escritas por autores renomados. Como fonte principal, usamos o livro de Boris Fausto *História Concisa do Brasil*, tendo como acréscimo historiadores como Hélio Silva, Maria Celina D'Araujo, Doris Haussen, entre muitos outros.

Considerando, também, a evolução do rádio no país nestes 48 anos de história política do Brasil, foi feita uma retrospectiva da instalação do rádio no mundo e no Brasil, bem como de sua finalidade. Usamos como nossa fonte mais destacada, para tratar sobre a história do rádio, a obra de Luiz Arthur Ferraretto *Rádio: o veículo, a história e a técnica*, complementando com diversos estudos/trabalhos de outros autores.

No entanto, analisar a importância do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, no decorrer da história política brasileira, abrangendo desde o Estado Novo até a Ditadura Militar, é um grande desafio. Isso porque, apesar de ser um programa que fez, e continua fazendo parte da nossa história, não temos uma vasta bibliografia disponível especificamente sobre o assunto. Usamos, principalmente, informações e análises presentes no livro de Lilian Perosa *A hora do clique: Análise do programa de rádio Voz do Brasil da velha à nova república*¹, tendo como complemento poucas intervenções de outros autores, já que o assunto é pouco retratado, sendo muitas

¹ Nova República: “Expressão adotada em 1984 pelo governador do Estado de Minas Gerais, Tancredo Neves (1919-1985) – ao que parece por sugestão do jurista Sobral Pinto – para caracterizar o ideal de uma nova realidade política no Brasil, tendo como principal motivação as eleições para presidente da República”. (AZEVEDO, 1999, p.328).

vezes somente citado em meio a muitas informações das ações realizadas pelos diferentes governos.

Acreditamos que esta pesquisa venha contribuir para a ampliação do debate historiográfico, na tentativa de responder a questionamentos, tais como: com qual finalidade os diferentes governos brasileiros utilizaram o Programa Radiofônico *A Voz do Brasil*? Qual a importância política e social do rádio, em período de ditaduras e em períodos democráticos? Como, num país extenso e semianalfabeto, o governo fazia uso do rádio e, principalmente, do programa radiofônico *A Voz do Brasil* para a manutenção de ideologias políticas? Quais as principais mudanças ocorridas na organização e forma de transmissão da informação pelo programa radiofônico *A Voz do Brasil* de 1932 até 1985?

Nossa pesquisa é conduzida, teoricamente, dentro da Nova História Política, que está inserida dentro da História Cultural. Uma vez que um tema ou instituição é usado como meio para a compreensão de um período, Andréia M.P. Marcondes (s/d, p.7-8) afirma que “[...] na nova história cultural, os vários canais de expressão humana se entrelaçam de forma determinante para criar um magnífico vidro de aumento, permitindo ao historiador desnudar as estruturas mais profundas da evolução humana”. Através desse “vidro de aumento”, tentamos descrever o panorama político do Estado Novo do período da Redemocratização e da Ditadura Militar, observando as redes de poder usadas para a manutenção desses três modelos de governo. Francisco Falcon (1997, p.61) afirma que:

Historia e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. A história da humanidade deve neste caso ter presentes estas questões das relações entre a história e o poder: há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas existe um outro olhar que indaga dos inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico.

Para Peter Burke (2002, p. 109), “[...] é fácil pressupor que uma pessoa, grupo ou instituição em determinada sociedade “tenha” esse poder – o “governante”, por exemplo, “a classe dominante” ou a “elite” política –, enquanto todos os outros não o detenham.” O resto da população denomina-se massa², em outras palavras,

² Massa: “O conceito de massa é amplamente empregado pela nova historiografia política, que estuda, entre outras coisas, como os políticos de determinados contextos históricos usavam a propaganda para mobilizar a massa em benefício próprio. (...) A mesma noção é ainda bastante

uma população analfabeta que por meio da radiodifusão conseguia manipular com maior facilidade.

O uso dos meios de comunicação, principalmente do rádio, como forma de divulgação de informações e entretenimento, surgiu e logo foi incorporado pelos governantes, principalmente nos Estados autoritários, como forma de manutenção do poder adquirido. Para Sérgio Caparelli (1986, p.78), “[...] a comunicação é transformada em instrumento dos governantes para atingir objetivos predeterminados e, submetida a pressões de todos os tipos, tem sua função dirigida pelo poder”.

Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo, foi o primeiro governo brasileiro que aproveitou o rádio como ferramenta política, incentivando sua evolução no Brasil pela necessidade governamental de divulgação de uma nova ideologia política. Para ideologia política, usamos o conceito de Nelson J. Garcia (1999, p. 25) “[...] um complexo de ideias, desenvolvido por um grupo, induzido por sua posição social, que orienta sua atividade em direção à manutenção ou mudança de uma situação existente”. O programa *a Hora do Brasil* e depois *A Voz do Brasil* tornou-se obrigatório e necessário para a divulgação das informações e realizações que levariam a construção desta ideologia. Conforme Lidiane de Matos (2001, p.26), a “[...] Hora do Brasil era, então, o espaço para divulgar os discursos do presidente, a boa música e a boa literatura”.

Essa pesquisa é dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, abordamos o panorama político de 1937 a 1985. A análise começará com a Revolução de 1930, pois diversas mudanças, observadas nesse período e nos posteriores, foram o que resultou no Estado Novo. Getúlio Vargas criou mecanismos políticos e ideológicos, no início de sua trajetória, que foram postos em prática durante o período de 1937 a 1945.

Após, abordamos as mudanças ocorridas com o fim do Estado Novo, em que se descortinaram eleições diretas a cargos públicos, a reabertura do congresso, a construção de uma nova Constituição – que trará a inclusão de diversos direitos sociais para brasileiros, até então excluídos da vida política, social e trabalhista. As

utilizada pelos pensadores que refletem sobre a mídia no século XX e seu papel na formação de uma indústria cultural, como é o caso do filósofo Edgar Morin, que, além da categoria de massa, emprega outros conceitos correlatos, como cultura de massa e meios de comunicação de massa” (SILVA, 2006, p. 272)

campanhas eleitorais, as sucessões presidenciais e as transformações econômicas, nesse período eram conhecidas como Redemocratização do Brasil.

Ainda examinamos de que modo um governo democrático se transformou em uma ditadura militar, em que os militares se aproveitaram, por se tratar de um período de grande instabilidade política e econômica, para destituir o presidente eleito, fechar o congresso e mudar a Constituição. Analisamos também de que maneira a historiografia brasileira retrata todo esse período, em que os direitos sociais, políticos e trabalhistas foram extintos; bem como de que maneira, usando a força, foi possível a manutenção dessa nova forma política, tudo isso dentro de um contexto de Guerra Fria³.

No segundo capítulo, mostramos a implantação do rádio no país, retratando como um meio de comunicação que dependia de um aparelho importado e começou de forma amadora e educativa, passou a ser visto como importante mecanismo político. Isso, tanto que seria incentivado e melhorado pelo governo Vargas, para servir de meio de divulgação das ideologias governamentais. No fim do primeiro período de Vargas como governante do Brasil, mostramos de que forma o país continuou voltado para o interior, onde a principal fonte de renda ainda era a agrícola.

Analisamos como o rádio foi usado como meio de integração, herdado do período anterior, conhecendo a época de ouro do rádio no Brasil: quando as emissoras de rádio criaram verdadeiros espetáculos, com o objetivo de atrair mais ouvintes. Tivemos as musas, os artistas das novelas e, principalmente, os cantores, que transformaram as rádios em verdadeiras empresas de entretenimento. Se no Estado Novo o governo impunha aos meios de comunicação um controle, uma censura, na Ditadura Militar esta foi muito mais intensa, com o fechamento de emissoras que tentassem burlar as novas regras, com prisões e exílio de seus donos e divulgadores.

No terceiro capítulo, vemos como Vargas, nesse processo de construção de mecanismos ideológicos, criou, em 1935, de forma experimental, o programa

³ Guerra Fria: “Expressão empregada para caracterizar estado de constante hostilidade nas relações internacionais entre países sem assumir a forma de conflito aberto ou de luta propriamente dita. A designação assumiu particular relevo a partir de 1948, por força do agravamento do antagonismo político entre os Estados Unidos e a União Soviética. A guerra fria começou a definir-se após a segunda guerra mundial quando aos poucos se formou um clima de tensão inspirado fundamentalmente nas posições ideológicas de cada uma dessas potências.” (AZEVEDO, 1999, p. 224).

radiofônico conhecido nessa época como a *Hora do Brasil*, sem alcance nacional e não obrigatório, até o início do Estado Novo. Após 1937, foi vinculado à programação das emissoras de forma obrigatória e em horário nobre, tendo como principal função a divulgação das ações governamentais e das notícias gerais sobre o país, para todo o território nacional. O Estado Novo acabou. Nesse processo de abertura política e democrática que se seguiu, a herança de um programa obrigatório foi descartada, mas não foi o que aconteceu no Brasil.

O programa radiofônico a *Hora do Brasil*, do Estado Novo, teve seu nome modificado para *A Voz do Brasil*. No entanto, fora essa mudança de nomenclatura, a estrutura continuou igual, principalmente no que tange à obrigatoriedade de sua transmissão em rede nacional no horário nobre. Essa continuidade é abordada na tentativa de compreensão da importância do uso desse programa para esse novo período de governo. Vemos, também, como a ditadura militar fez uso do programa radiofônico *A Voz do Brasil*. A ditadura militar, que se estruturou no controle das ações governamentais, recebeu um programa obrigatório, que tinha como principal finalidade a divulgação de notícias do governo. Analisamos como este programa foi usado e que mudanças ocorreram desde o processo da sua criação até 1985.

2 CARACTERÍSTICAS CONJUNTURAIS: HISTÓRIA DO BRASIL (1937-1985).

Neste primeiro capítulo, veremos como a política brasileira, de Getúlio Vargas (1937) até João Batista Figueiredo (1985), se estruturou. José Murilo de Carvalho (2006, p. 87-88) destaca, com prioridade, nossa caminhada:

Em 1937, o golpe de Vargas, apoiado pelos militares, inaugurou um período ditatorial que durou até 1945. Nesse ano, nova intervenção militar derrubou Vargas e deu início à primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda a história do país. Pela primeira vez, o voto popular começou a ter peso importante por sua extensão e pela também crescente lisura do processo eleitoral. Foi o período marcado pelo que se chamou de política populista, um fenômeno que atingiu também outros países da América Latina. A experiência terminou em 1964, quando os militares intervieram mais uma vez e implantaram nova ditadura.

2.1 A Era Vargas

Consideramos importante iniciar nossa pesquisa sobre o Estado Novo retomando alguns aspectos anteriores; pois, para entendermos os mecanismos e as razões para sua implantação, devemos observar o início da chamada Era Vargas. Getúlio Vargas sobiu ao poder depois da Revolução de 1930, iniciada devido à derrota sofrida nas eleições para presidente da República Federativa do Brasil. Nesse período, permaneceu como chefe do governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador, totalizando, assim, um espaço de quinze anos.

2.1.1 Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930 – 1945)

No final de 1929, eram muitos os desempregados por todo o país. A profunda crise mundial, deflagrada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, havia deixado graves consequências para a economia brasileira. As indústrias, nas cidades, demitiam muitos funcionários. Já no campo, o principal produto, o café,

vinha sofrendo enorme desvalorização mundial, produzindo a ruína dos produtores no Brasil. Como afirma Boris Fausto (2002, p. 185), a crise nesse período “[...] trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evapora”.

Nesse contexto turbulento, foram marcadas as eleições para a presidência do país. São Paulo e Minas Gerais alternavam-se sempre no poder, resultado de uma política conhecida como Café-com-Leite⁴. Pela lógica dessa política, o sucessor de Washington Luiz, representante de São Paulo, deveria ser um mineiro. Mas ele mudou as regras do jogo e indicou a candidatura do paulista Júlio Prestes; afinal, São Paulo precisava manter-se no poder para recuperar a economia cafeeira da crise. Minas Gerais, então, aliou-se à Paraíba e ao Rio Grande do Sul para, juntos, lançarem a candidatura de Vargas à presidência no grupo intitulado Aliança Liberal.

Em 1º de Março de 1930, foram realizadas as eleições presidenciais com vitória de Júlio Prestes, comprovando que a máquina eleitoral bem articulada havia novamente funcionado. Apesar da derrota, os líderes Liberais não pensavam em tomar o poder, situação essa que mudaria com a morte de João Pessoa, vice de Getúlio. O movimento começou em 03 de outubro, em 03 de novembro Getúlio Vargas assumiu ao poder como líder do movimento revolucionário.

Quando assumiu ao poder, em 1930, Vargas iniciou um novo modelo político e econômico que tinha, de acordo com Pedro C. D. Fonseca (1989, p.148), “[...] precedência do Estado sobre a sociedade, os arranjos de elite e a dominação do estamento burocrático”. O café, principal produto brasileiro de exportação, mereceu

⁴ “Damos o nome de política café-com-leite ao arranjo político que vigorou no período da história do Brasil conhecido como República Velha. O mesmo se baseou em uma espécie de acordo entre as oligarquias das províncias de São Paulo e Minas Gerais e o governo federal no sentido de controlar o processo sucessório, para que somente políticos paulistas e mineiros fossem eleitos à presidência. Isso foi possível pelo fato de Minas Gerais ter sido a província mais populosa na época, e, conseqüentemente, ter a maior representação na Câmara dos Deputados. São Paulo vinha logo atrás. Além disso, estas eram as duas regiões mais ricas do Brasil. O nome “café-com-leite” deriva das principais atividades econômicas praticadas nas mesmas: São Paulo era o maior produtor de café e Minas Gerais era um grande produtor de leite. A base da política café-com-leite tinha nome: coronelismo. Na época, os coronéis, grandes latifundiários, tinham o direito de formar milícias em suas propriedades e combater qualquer levante popular. Assim, trabalhadores e camponeses se viam subordinados ao poder militar e, sobretudo, político dos coronéis. Contrariar o candidato preferido do coronel na eleição, por exemplo, era uma atitude que poderia resultar até mesmo no assassinato do indivíduo, uma vez que o voto era aberto. Essa dinâmica eleitoral ficou conhecida como “voto de cabresto””. Disponível em site: <<http://www.historiadetudo.com/politica-cafe-leite.html>>. Acesso em: 23 de setembro de 2012, às 16h15min.

grande atenção do governo. Foram proibidos novos empréstimos estrangeiros para o pagamento das dívidas dos cafeicultores, obrigando o país a encontrar soluções genuinamente nacionais para problemas brasileiros.

O fator de maior relevância nesse período, considerando o aspecto econômico, é o fim do “exclusivismo do café”, pois o governo começou a incentivar outras áreas da economia. A industrialização, principalmente, foi muito apoiada pelo novo governo, que buscava uma maior inserção no capitalismo⁵. Getúlio Vargas assumiu ao poder e começou a diversificar a economia nacional, o que deu ao país um caráter mais industrial; afinal, “[...] no Brasil, a Revolução de 30 possibilitou à Vargas a introdução de uma série de medidas dirigidas à industrialização, com um caráter nacionalista” (HAUSSEN, 1997, p. 17).

A política desse período também foi alterada, com a destituição dos antigos governadores e a consequente nomeação de interventores de confiança do presidente, para assumir aos Estados. O governo fechou o congresso, inutilizou a Constituição e governou por decretos. Começaria, muito lentamente, o estudo de uma nova Carta Magna, obrigando os vários Estados a buscarem uma articulação para elaboração dessas leis. Porém, desconfiados com as intenções reais do governo e descontentes com sua situação econômica e política, os paulistas começaram a articular-se contra o poder central na chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Praticamente sozinhos, os paulistas enfrentaram e foram derrotados pelas tropas getulistas, não impedindo que uma de suas maiores reivindicações acabasse por ser acolhida, sendo promulgada uma nova Constituição em 1934. De forma indireta, Getúlio Vargas foi eleito para um mandato de quatro anos. O país *parecia* viver uma democracia.

Nesse momento, surgiram, mundialmente, movimentos que também se instalariam no Brasil. De um lado, os Integralistas de origem fascista⁶. Segundo Boris Fausto (2002, p. 194-195) “[...] o integralismo se definiu como uma doutrina

⁵ Capitalismo: “Termo empregado para caracterizar uma forma de atividade socioeconômica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na utilização da força de trabalho assalariado. O conceito de capitalismo, de extrema complexidade, tem como ponto de partida a sua permanente evolução, o que o definiria como um processo que não pode ser estacionário. O impulso fundamental que movimenta o capitalismo, permanentemente, provém dos novos bens de consumo, produção e transporte, criados por ele próprio. Trata-se assim de um processo circular, ou seja, o capital (bens móveis ou imóveis) gera o capitalismo que, por sua vez, transforma-se em capital para novo capitalismo.” (AZEVEDO, 1999, p. 86).

⁶ Fascismo: “Ideologia política criada por Benito Mussolini e que defendia uma postura imperialista, corporativista, nacionalista e de culto à personalidade. O fascismo implantou um regime totalitário através do Partido Fascista (1922 a 1943)”. (NUNES, 1999, p. 80).

nacionalista⁷ cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia”. E no outro lado, estavam os comunistas⁸, que buscavam outro modelo político. Conforme o mesmo autor, estes “[...] apelavam para concepções e programas que eram revolucionários em sua origem: a luta de classe, a crítica às religiões e aos preconceitos, a emancipação nacional obtida através da luta contra o imperialismo e da reforma agrária”. Nesse sentido, surgiria, em 1935, um movimento que, de acordo com Sônia Bercito (2009, p. 9):

Em janeiro de 1935, as forças de esquerda formaram a Aliança Nacional Libertadora. Nesta reuniram-se o Partido Comunista Brasileiro, socialistas e a ala esquerda dos tenentes, tendo como presidente de honra Luís Carlos Prestes, do PCB. Antifascistas, condenavam o imperialismo e o latifúndio e defendiam reformas sociais profundas, que ameaçavam a estrutura vigente. Propondo claramente a deposição de Vargas, a Aliança foi colocada na ilegalidade. E começou a conspirar. Sob a liderança do PCB organizou-se um levante em Natal, Recife e Rio de Janeiro: a Intentona Comunista. Frustrado o movimento, fracassaram os comunistas em sua tentativa de tomar o poder. A repressão que se seguiu foi violenta. A recém-promulgada Lei de Segurança Nacional foi aplicada amplamente. Os participantes da aliança foram presos ou deportados. Mas não só eles. A perseguição atingiu todos os setores de esquerda.

Com a desarticulação da Intentona Comunista, com as prisões a que foram submetidos seus líderes e simpatizantes, estava nítido o caráter anticomunista do governo. Este acontecimento, aliado ao contexto internacional em que se vivia, acabou por favorecer uma maior centralização do poder. O nascimento do Estado Novo foi resultado de uma articulação política envolvendo o chamado Plano Cohen, uma forma de manutenção da ordem vigente, já que o suposto documento foi usado para justificar o golpe.

A armação política tornou-se realidade quando o documento citado foi lido em rede nacional no programa *Hora do Brasil*, tornando-se o pretexto que faltava para a implantação de um governo centralizador. Esse novo modelo de governo tinha uma situação política e institucional que o protegia, desenvolvida desde a tomada do poder em 1930. Segundo Maria Celina D’Araújo (2000, p. 15) o golpe demonstrou a “[...] consolidação de um processo de fechamento e repressão que vinha sendo

⁷ Nacionalismo: “exaltação do sentimento nacional, patriotismo; doutrina que subordina toda a política interna do país ao desenvolvimento do poderio nacional”. In. : BERCITO, 2009. p. 68.

⁸ Comunismo: “doutrina e regime econômico, político e social caracterizado, essencialmente, pela posse e propriedade comum dos bens e meios de produção”. (AZEVEDO, 1999. p. 113).

lentamente construído, com o apoio de intelectuais, políticos civis e militares”. Fausto (2002, p. 201) reforça esse argumento, afirmando que:

O Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente.

No contexto do Estado Novo, houve a confirmação das tendências políticas getulistas e das mudanças, que acabariam por acontecer em decorrência das transformações ocorridas desde 1930 – quando Vargas assumiu ao poder e acabou por alterar a base política brasileira, desde a implantação da República. Podemos compreender, então, o Estado Novo com base no que retrata Nelson Garcia (1999, p. 34):

O Estado Novo pode ser compreendido como um momento político, dentro da duração maior que corresponde ao processo de transformação da sociedade brasileira, no século XX. Esta transformação, que se desenrola desde a abolição da escravatura e se estende até a atualidade, caracteriza-se pela expansão do modo capitalista de produção, com suas derivações políticas e ideológicas.

O Estado Novo começou abolindo os partidos políticos e o Parlamento. Não existiriam mais intermediários entre o governo e o povo. Vargas usou de sua larga autonomia para popularizar-se junto às massas trabalhadoras. Foram criados os sindicatos aliados ao governo e as Leis do Trabalho. Foi mantido um rigoroso controle sobre as manifestações populares e de esquerda, acabando com qualquer tipo de oposição. Boris Fausto (2002, p. 213) destaca que o Estado Novo foi criado para durar muitos anos; porém, devido às escolhas contraditórias, acabou antes do que seus idealizadores imaginavam:

O Estado Novo foi arquitetado como um estado autoritário e modernizador que deveria durar muitos anos. No entanto seu tempo de vida acabou sendo curto, pois não chegou a oito anos. Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as posições e abriu caminho para divergências no interior do governo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o projeto de industrialização nacional possibilitou a barganha política com os dois lados do conflito: o democrático,

comandado pelos Estados Unidos; e o totalitário, encabeçado pela Alemanha. No que diz respeito à formação política e ideológica, mesmo simpatizante do totalitarismo europeu, Getúlio Vargas em nenhum momento parecia interromper o fluxo comercial com as diferentes potências. Porém, com a entrada dos EUA na guerra, e principalmente após o ataque japonês a Pearl Harbor, somado ao afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, Vargas foi pressionado a apoiar a Aliança.

As manifestações populares, principalmente estudantis, tornaram-se cada vez mais frequentes, obrigando o governo centralizador a entrar na guerra ao lado dos regimes democráticos. Esse apoio acabou por trazer ao Brasil investimentos em áreas importantes para a economia nacional, como a implantação da Siderúrgica Volta Redonda, em troca de bases militares para os norte-americanos em solo brasileiro. O comércio foi consolidado, também, através da cooperação entre EUA e Brasil, pois como afirma Othon Jambeiro (2004, p. 100-1001):

A disseminação do estilo de vida americano, o *American way of life*, é intensificado com o objetivo de manter a hegemonia dos valores democráticos no país e restringir ao máximo a influência alemã, já que existia no sul do Brasil uma ativa colônia de imigrantes daquele país.

Esse fator contribuiu para movimentar a política brasileira: soldados foram enviados para a Itália e o povo nas ruas pedia a abertura política que o governo apenas havia prometido. Em meados dos anos 1940, a imprensa conseguiu respirar um ar de maior liberdade, demonstrando o enfraquecimento do poder central. Assim, em 1945, Getúlio Vargas promulgou o Ato Adicional à Carta de 1937, fixando eleições para noventa dias. Partidos políticos seriam reabertos, as candidaturas seriam lançadas. Vargas mantinha-se no poder alegando que não disputaria às eleições, querendo apenas garantir que a nova Constituição fosse realizada.

O povo foi às ruas para pedir que Vargas permanecesse no poder até a instalação da Constituinte, concorrendo para as eleições diretas à presidência da República. Essa mobilização popular, apoiada por partidos simpáticos a Getúlio Vargas, recebeu o nome de “Queremismo”, fruto da propaganda política e das ações em favor dos trabalhadores que o transformaria em “pai dos pobres”. Othon Jambeiro (2004, p. 100-101) afirma que:

O *queremismo*, juntamente com as mudanças na Lei eleitoral, provocadas pelo decreto que antecipava as eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das eleições nacionais, acirrou a desconfiança de que Vargas tinha planos de permanecer no poder.

As ações dos opositores ganharam força, exigindo a renúncia de Vargas antes mesmo das eleições, alegando que ele preparava outro golpe. Era o fim do Estado Novo, Getúlio Vargas foi deposto pelo mesmo grupo que o colocou no poder anos anteriores. O exército foi o principal responsável por seu afastamento. Boris Fausto (2002, p. 215) retrata que “[...] essas e outras circunstâncias fizeram com que a transição para o regime democrático representasse não uma ruptura com o passado, mas uma mudança de rumos, em meio a muitas continuidades”.

2.2 A Redemocratização

O período democrático brasileiro iniciou com a convocação de eleições diretas para presidente do país, após o final da II Guerra Mundial, reforçada com a renúncia coagida de Getúlio Vargas. Esse período estendeu-se desde a posse do General Eurico Gaspar Dutra, em 1946, até a deposição de João Goulart, em 1964, pelo Golpe Militar. Em 1946, foi promulgada uma nova Constituição que duraria todo o período democrático com apenas pequenas alterações. Nesse contexto, a Guerra Fria dividia o mundo em dois grandes blocos: o capitalista e o socialista. As ações governamentais estariam contra ou a favor do capitalismo ou do socialismo.

2.2.1 Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)

Após o fim conturbado do Estado Novo, o general Eurico Gaspar Dutra venceu à eleição presidencial, apresentando uma plataforma eleitoral disposta a mudar os rumos da política brasileira. O novo governo começou convocando uma constituinte e homologando uma Nova Constituição democrática, que tinha como forma política e econômica o câmbio livre, para que os capitais financeiros

retornassem ao país. Refletindo sobre esse quadro de mudanças, Fausto Saretta (s/d, p. 102), afirma que:

O Governo Dutra iniciou-se propondo uma ruptura com o passado. Afinal, depois de sete anos de ditadura e com o fim da II Grande Guerra, havia a expectativa de normalização das atividades econômicas, da regularização dos fluxos comerciais e de capitais, além de uma anunciada necessidade de diminuir, dentro do sistema econômico interno, a forte presença estatal.

Logo após assumir ao poder, tentou-se alterar a duração do mandato de Dutra de cinco para seis anos, o próprio presidente recusou essa alteração, alegando que só ficaria no poder o tempo a que havia sido eleito. Não se separava, segundo Hélio Silva (1975, p.88), “[...] de um pequeno livro de capa vermelha que era a Constituição, que jurara cumprir. Cumpriu seu juramento. Seu governo pode ter como legenda um presidente que cumpriu a Constituição.” O primeiro ano de governo foi de ajustes e de aparente calma política, mas quando foi preciso escolher o novo ministério, no segundo ano do mandato, houve uma ruptura nessa calmaria. Dutra escolheu um governo moderadamente conservador.

A constituição criada e aprovada em 1946, e que seria usada até 1964, de acordo com Othon Jambeiro (2004, p. 235) “[...] estava baseada fundamentalmente na Carta de 34, continha elementos da de 1891, mas conservava muitos dispositivos da de 1937, principalmente no que se referia às questões sociais”. A Carta previa a independência dos três poderes nacionais; que todo brasileiro maior de 18 anos, homem ou mulher, alfabetizado poderia votar; manteve os sindicatos atrelados ao Estado e manteve o imposto sindical; a Constituição previa livre manifestação de pensamento, mas com responsabilidade, sendo a primeira Carta a citar o serviço de radiodifusão; e era livre a organização de partidos políticos. Conforme José Murilo de Carvalho (2006, p. 148):

Havia 12 partidos políticos nacionais, quase todos fundados ao final da ditadura do Estado Novo. Os principais eram os dois criados por Vargas, o PSD e o PTB, e o que reunia a maioria da oposição, a UDN. Para criar o PSD, Vargas simplesmente reuniu os interventores dos estados e congregou em torno do partido as forças dominantes locais. O PTB foi criado com base na estrutura sindical corporativa. A UDN reunia a oposição liberal e, no início, também socialista. Ao redor deste núcleo, vários partidos menores se moviam à direita e à esquerda. Alguns ainda presos a antigas práticas estadualistas, como o Partido Republicano (PR), outros na linha populista, como o Partido Social Progressista (PR), outros da esquerda democrática, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), outros ainda de reformismo moderado, como o Partido Democrata Cristão (PDC).

No início da era democrática, o Partido Comunista Brasileiro, PCB, conseguiu dez por cento dos votos na primeira candidatura à presidência de sua história. A chamada era democrática, começava trazendo para o cenário político, de forma oficial, figuras que eram sempre excluídas pela força do governo. Mas esse crescimento, em plena Guerra Fria, acabaria por tornar ilegal o partido comunista brasileiro. Francisco Iglesias (1993, p. 261) afirma que:

O governo Dutra exprime em grande parte o clima tenso de luta latente entre os Estados Unidos e a União Soviética, em ameaça à paz com nova guerra. Se não se verificou, foi pela reflexão e amadurecimento do capitalismo e do socialismo. Era o começo da convergência entre os dois, quando o capitalismo e o socialismo radical abrandam um pouco suas orientações e exigências. Muito do clima de então, no Brasil, de sentido antidemocrático, decorre dessa concepção que coloca a segurança acima da ordem e da liberdade. Em certos momentos o abalo foi sensível: logo em 1947, com a cassação do registro do Partido Comunista pela Justiça Eleitoral e, em decorrência, pela discutível medida do Legislativo de cassação dos mandatos dos representantes, legitimamente eleitos, em flagrante inconstitucionalidade. Tudo é explicável pela formação do presidente Dutra, um militar bem convencional, mas excessivamente limitado, e pela Guerra Fria no mundo.

Dutra, além de se preocupar com a conjuntura mundial e como ela influenciava a política nacional, também tentou implantar um plano de governo que visava coordenar os gastos públicos. Buscava uma unidade política e econômica nacional. Preocupado com a alta inflação, o governo Dutra resolveu coordenar os gastos públicos através do Plano Salte, pelo qual o governo investiria nos setores da Saúde, da Alimentação, do Transporte e da Energia. Contudo, incorporado no orçamento de 1949, fracassou, devido à falta de recursos.

Quando em 1950 foram lançadas as eleições para presidência, Dutra apoiou um candidato que daria continuidade ao seu plano de governo. Mas, como adversário de Cristiano Machado, havia um renovado Getúlio Vargas, com apoio popular e político. O Brasil acompanhava a volta, através do voto, do antigo governante.

2.2.2 Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951 – 1954)

A campanha eleitoral foi favorável a Vargas, pois a oposição não conseguiu unir-se em uma candidatura única, o que fortaleceu a campanha de Getúlio Vargas. Para grande choque da UDN e surpresa do PSD, Vargas obteve maioria absoluta da votação. Mostraria, então, a estratégia política de manter os antigos aliados sempre por perto, nos anos de reclusão em São Borja.

Quando assumiu ao poder, Vargas não tinha apoio do Congresso e ainda tinha que conviver com a oposição severa de jornais e partidos políticos, como a UDN. Vargas criou um ministério de colisão. Segundo Thomas Skidmore (1982, p. 34) esse “Ministério heterogêneo de Getúlio, nomeado em janeiro de 1951, revelava uma estratégia destinada a garantir o apoio de tantos setores quanto possíveis.” A política ministerial varguista pode ser dividida em dois momentos: um que se estende de 1951 a 1953, mais conciliador; e a partir de 1953, mais trabalhista. Reforçando, Maria Celina D’Araujo (1992, p. 21) afirma que:

O primeiro iria de 1951 até meados de 1953, e seria marcado por uma política de conciliação com os setores conservadores, evidenciada na composição do seu primeiro ministério: o "Ministério da Experiência". Sob essa ótica de conciliação de interesses, a política econômica governamental pautava-se por uma conduta de composição com os setores mercantis da burguesia e do capital estrangeiro, em detrimento de uma linha de atuação mais ofensiva em relação aos interesses da indústria, do nacionalismo e do trabalhismo. (...) A partir de 1953, com o recrudescimento do movimento de massas, alteram-se a aliança de classes e a política de conciliação do Governo. Esse segundo momento seria marcado por uma orientação mais trabalhista, voltada para os interesses populares, em detrimento da conciliação com os setores conservadores.

Para estabilizar as contas públicas e investir em industrialização, Vargas buscou incentivos estrangeiros. Para tanto, seriam criadas comissões para estudar os principais problemas da economia brasileira que necessitavam de investimentos. A Comissão Mista foi criada com essa finalidade: a fim de, junto aos EUA, buscar investimentos para ampliar a industrialização no país. Poucas verbas foram liberadas durante o governo de Vargas, mas esses estudos acabaram por beneficiar a economia brasileira alguns anos depois.

Vargas tinha como principal método político o nacionalismo. Mesmo que em suas políticas tivesse sempre capital estrangeiro envolvido, prezava muito as

empresas nacionais, a proteção ao câmbio. Por isso, em várias ocasiões tomou medidas que se contradiziam, criando problemas, tanto na sua política interna quanto externa. Foi durante a sua gestão que nasceu a Petrobrás: com capital nacional e controle estatal, essa estatização de uma empresa de um ramo tão importante gerou novamente muitas críticas e descontentamentos.

Getúlio mantinha um pequeno apoio nas forças armadas e, politicamente, tinha pouco apoio partidário. Tentou criar um governo de coalizão, o que sempre descontentava algum aliado e tornava seu mandato cada vez mais complicado. Até mesmo o apoio popular pode ser questionado neste período de instabilidade política e econômica, já que os trabalhadores começaram a exigir aumentos salariais, o que fez o governo prometer o que não podia cumprir. Maria Celina D'Araújo (1992, p. 28) destaca que “[...] embora veicule uma imagem de benfeitor dos pobres, Vargas deixa claro também que a ascensão socioeconômica das classes menos favorecidas só se dará no bojo de um amplo projeto de reconstrução nacional, do qual todos serão beneficiários”.

Esse difícil caminho, entre oposição e situação, acabou por desestabilizar o governo e minar a imagem do presidente. Um ano antes do fim do seu governo, a oposição começou uma campanha que buscava a renúncia de Vargas. O atentado ao jornalista e inimigo político de Getúlio Vargas, Carlos Lacerda⁹, realizado por sua guarda pessoal, só agravaria os fatos. O ministério reunido aceitou a ideia da renúncia do presidente, pedido pela oposição.

Porém, o Brasil foi surpreendido com o suicídio do presidente, sua comovente carta-testamento e a grande revolta popular a qualquer adversário de Getúlio Vargas. Richard Bourne (2012, p. 267) destaca como foram os momentos finais do presidente e como cada um que viu o corpo do líder morto reagiu:

⁹ Carlos Lacerda: Jornalista e político. Grande adversário de Getúlio Vargas. Sofre em 1954 um atentado que segundo: “A versão oficial do inquérito é a seguinte: na madrugada de 05 de agosto de 1954, na porta de seu Edifício em que morava na rua Toneleiros, Carlos Lacerda, que estava acompanhado de seu filho Sérgio e do Major-aviador Rubens Florentino Vaz, sofrera uma tentativa de assassinato por dois pistoleiros. O tiroteio resultante da ação causou a morte do Major, um ferimento à bala no pé do jornalista e um na perna de um guarda municipal que se envolvera no conflito ao passar pelo local”. In: DELGADO, Márcio de Paiva. O jornalista e o Político Carlos Lacerda nas Crises Institucionais de 1950-1955. Disponível em site: < <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a51.pdf>>. Acesso em: 07 de setembro de 2012, às 8h46min.

Com um revólver Colt 32, Vargas deu um tiro no coração e foi declarado morto pelo filho Lutero, que era médico, às 8h30min da manhã de 24 de agosto. Alzira, enlouquecida, acusou o cadáver de ter traído a promessa do pai de não se suicidar. Aranha, chamado ao telefone por Benjamim, chorou no local, e foi Amaral Peixoto que notou o envelope que continha a mensagem de despedida do presidente.

A população avisada pelo rádio, veículo pelo qual foi feita a leitura da carta-testamento deixada pelo presidente, não compreendia porque Vargas teria feito isso, a culpa recairia inevitavelmente nos adversários políticos. Carlos Lacerda precisou sair do Rio de Janeiro, sedes de partidos da oposição foram depredadas, assim como emissoras de rádio e prédios dos jornais que usavam suas páginas para falarem mal de Getúlio. Nas ruas, multidões choravam e protestavam, seu funeral e enterro foram seguidos por uma multidão. Como afirma Richard Bourne (2012, p. 270), “[...] milhares incontroláveis prestaram homenagem ao caixão no velório e 12 mil pessoas conseguiram chegar a Itu para o enterro, onde Osvaldo Aranha fez o discurso fúnebre”, era o fim de uma era, e como foi escrito por Vargas na sua carta-testamento: “serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”.

Assumiu, então, seu vice-presidente Café Filho, formando um governo com adversários políticos de Vargas. Sua atuação foi prejudicada pelos eventos posteriores e pela futura campanha política para a presidência da república, que colocou no poder um aliado partidário de Getúlio, mas principalmente, um presidente sem grande nome no meio político.

2.2.3 Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961)

A campanha presidencial que levou Juscelino Kubitschek de Oliveira ao poder foi baseada num projeto de metas e na promessa da construção de uma nova capital. A tendência econômica de Juscelino é discutida por Boris Fausto (2002, p. 232), conforme o autor “[...] em sua campanha, Juscelino martelou na necessidade de avançar no rumo do desenvolvimento econômico, com apoio no capital público e privado”.

O novo presidente trouxe uma forma de governar pensando no desenvolvimento e na forma agressiva de investir na economia. O projeto “50 anos em cinco” trouxe para o Brasil o primeiro grande projeto econômico e de desenvolvimento que buscava investir nos seguintes segmentos: energia, transporte, setor de alimentos, setor de indústrias de base e setor de educação. Esses cinco pontos abarcavam todas as metas que o presidente considerava importantes para o desenvolvimento do Brasil. Juntando a essas metas, ainda podemos acrescentar a construção da nova capital - Brasília.

Para assumir ao poder, Juscelino usou toda a sua energia com a finalidade conseguir cumprir o plano de metas. Necessitou de mais dinheiro do que havia disponível nos cofres públicos. Através de empréstimos e de suspensão de pagamentos de dívidas, conseguiu capital necessário para começar e terminar boa parte de seu plano de metas: tirar o país do atraso agrícola e investir em indústrias, alternando entre o velho e o novo. Tentou unificar o país, em busca de um objetivo único, que era o cumprimento das metas e da construção de Brasília. Segundo Francisco Iglesias (1993, p. 272), “Juscelino era incansável na causa de seu plano, em grande parte executado. Várias metas foram cumpridas, outras quase o foram. A que mais discussões despertou foi a construção de Brasília”. A construção da nova Capital é, de acordo com Francisco Iglesias (1993, p. 272):

Brasília, além do feito espetacular da construção em ritmo vertiginoso, em condições difíceis também pela distância para transportar o imenso material requerido, merece destaque pela nota de modernidade. Traçada pelo urbanista Lúcio Costa, o principal arquiteto de centenas de grandes obras públicas foi Oscar Niemeyer: os dois responderam pelos palácios, sede do Congresso, ministérios, catedral e muitos outros edifícios para sediar repartições, praças, avenidas, viadutos, túneis.

O plano de metas é, na verdade, resultado da Comissão Mista Brasil – EUA, desenvolvida durante o segundo governo Vargas, no qual todos os setores da economia foram estudados e as possíveis soluções apresentadas. Juscelino usou este projeto para planejar seu plano de metas. Os cinco principais grupos de metas foram praticamente todos concluídos durante o governo JK. Mas todo esse desenvolvimento acelerado também tinha um lado ruim, que era o grande endividamento do Brasil, a inflação era absurda e a dívida externa brasileira cresceu de forma assustadora durante os cinco anos do governo de Juscelino. Boris Fausto (2002, p. 238) afirma que:

Eram várias as razões do crescimento da inflação. Entre as principais estavam os gastos governamentais com a construção de Brasília e para atender a aumentos salariais de setores do funcionalismo, aprovados pelo congresso; a queda dos termos intercâmbio; a compra de café através de emissão de papel-moeda para sustentar os preços em declínio; o crédito fácil concedido ao setor privado.

Foi nesse contexto que novas eleições foram marcadas: o país com graves problemas financeiros e com uma acirrada campanha pela moralidade política. Juscelino não iria concorrer a um novo mandato, mas também não fez questão de apoiar ninguém para assumir ao poder na nova Capital, já que o governo posterior ao seu ficou com todas as dívidas e com uma desorganização política governamental enorme.

Foi assim que Jânio Quadros, um político que através de campanhas teatrais, chegou de forma retumbante ao governo, prometendo “varrer a corrupção e a bandalheira do governo”, em que permaneceu por menos de um ano, depois de ter agido de forma contraditória nas ações governamentais.

2.2.4 Governo de Jânio Quadros (1961)

O primeiro presidente a tomar posse na nova Capital Federal foi o mato-grossense Jânio Quadros, médico, advogado que fez sua carreira política de forma meteórica em São Paulo. As campanhas políticas desse candidato eram, na verdade, um teatro, em que Jânio ia mal vestido, tirava sanduíches de mortadela do bolso do casaco e o comia no palanque. O professor esquecia da gramática para melhor se comunicar com o povo, além de seus slogans serem sempre muito chamativos, buscando chamar o povo para a mudança das ações erradas do governo. Eleito com grande vantagem de votos sobre seus adversários, começaria um governo que segundo Francisco Iglesias (1993, p.277):

Era uma incógnita. A nação recebia-o entre a esperança entusiasmada de muitos e certa perplexidade ou receio de outros, ante a personalidade instável do titular. A desconfiança era de todos, ninguém estava certo de nada. Jânio começa a administrar de modo ousado – a mínima crítica que se levanta, pois, a dúvidas sobre o próximo comportamento. Ele faz um ministério que deseja, sem satisfações a partidos, pois não fizera acordos. Decerto o grupo de trabalho não tem importância, pois os partidos se sobrepõem o presidente, voluntarioso e caprichoso. Realizará um governo de tipo bonapartista, de acordo com a expressão consagrada, evocadora da política francesa. Outros prefeririam falar em bismarquismo, lembrança do chanceler da unificação alemã. Bonapartismo foi empregado por Marx em estudo clássico sobre Napoleão III: vem a ser a ação do Estado, por um executivo forte de arbitragem entre as classes, de modo a assegurar a estabilidade necessária para o desenvolvimento, sob a direção da burguesia. Um exercício de cooptação, pois. O ministério janista, aliás, era uma colcha de retalhos, onde havia do gosto e da repulsa de uns e outros: tinha autoridades tipicamente udenistas e pessedistas, de outras origens ainda, alguns nomes conhecidos e outros bem apagados; nomes de defensores do capital cosmopolita e de nacionalistas radicais. Só nas pastas da Justiça e na chefia da Casa Civil colocou gente de confiança pessoal. Nos ministérios militares dominava a linha mais conservadora, até retrograda.

Na política internacional, buscou reaproximação com o Fundo Monetário Internacional, FMI, que havia sido rompido durante o governo de Juscelino. Começaria também ações diplomáticas com vários países diferentes e ideologicamente contrários. Acabou por aproximar-se da União Soviética e de Cuba, condecorando o revolucionário Che Guevara com a medalha do Cruzeiro do Sul, maior honraria brasileira. Essa aproximação trouxe consequências, de acordo com Maria Victória Benevides (1999, p. 62):

A política externa transforma-se, ainda, no principal elemento mobilizador do “novo golpismo”, pelo qual Carlos Lacerda e seguidores (com amplo apoio em seu jornal Tribuna da Imprensa e em O Globo e O Estado de S. Paulo) tentariam acirrar o anticomunismo visceral dos militares, as suspeitas dos católicos e o temor das classes médias. Estavam em questão, evidentemente, os interesses econômicos do capital associado, da grande imprensa, da influência da comunidade de portugueses no Rio e em São Paulo, que não poderiam aceitar, entre outras, a política anticolonialista na África e a agressiva independência em relação aos Estados Unidos.

Com a situação interna desfavorável, Jânio Quadros renunciou após sete meses no poder (25 de março de 1961 até 25 de agosto de 1961). As versões acerca desse acontecimento são confusas, o próprio presidente somente declarou que “forças terríveis” o estavam obrigando a renunciar. Muitos analistas políticos afirmam que a atitude foi uma jogada para conseguir mais poder, já que tinha certeza de que as forças políticas não gostariam que seu vice João Goulart

assumissem a presidência. Tinha razão numa questão: tentariam dificultar a posse de seu sucessor, mas ninguém se empenhou para que ele ficasse no poder. Encerrou-se, assim, o governo do presidente que tinha tentado moralizar as ações políticas e administrativas, mas que agiu de forma contraditória no plano internacional e diplomático. Mário Victor (1965, p. 330) mostra a repercussão da renúncia do presidente:

Se a renúncia do presidente Jânio Quadros trouxera um impacto profundo à opinião pública, ocupando as primeiras páginas dos jornais, na imprensa estrangeira o acontecimento deu margem também a grandes manchetes e editoriais. E um dos motivos que mais contribuíram para a divulgação dos fatos, era que a nova política externa projetara o nome do Brasil, internacionalmente, como nunca acontecera em toda a sua história republicana.

João Goulart (Jango), seu vice, não estava no país no momento da renúncia, estava em viagem oficial à China. Quando soube da renúncia de Jânio, voltou ao Brasil, mas não lhe foi permitido entrar no país nem assumir ao poder. Começava, assim, a luta pela Legalidade que culminaria com a posse de Jango.

2.2.5 Governo de João Goulart (1961-1964)

João Goulart, presidente sem poder assumir ao poder, devido a um golpe militar apoiado, principalmente, pela UDN e demais partidos de direita, era sucessor político de Getúlio Vargas, com quem começou sua vida política nacional, enquanto ministro do Trabalho. Eleito duas vezes vice-presidente, com Juscelino e com Jânio, tinha construído sua vida política apoiando ações trabalhistas e era acusado por seus adversários de comunista.

Mas nem todas as forças políticas e sociais estavam contra a posse do presidente, este teve apoio de alguns governadores, principalmente do Rio Grande do Sul, como Leonel Brizola. Foi nesse estado que iniciou a campanha a favor da posse do presidente, chamada de Campanha da Legalidade – um movimento contrário à ordem militar, portanto considerado subversivo. O governador sul-riograndense transmitia por rádio os discursos, com o intuito de motivar o povo para a luta em favor da Constituição.

Por fim, o exército e o Congresso aceitaram a posse do presidente, mas de forma parlamentarista. Esta iniciou em 07 de setembro de 1961. Entretanto, o presidente não aceitaria por muito tempo esse bloqueio em seus poderes. Apesar de estar previsto em plebiscito, esse foi adiantado, após a sua realização restaurou o presidencialismo. O governo de Jango trouxe de volta o populismo, houve um grande avanço nos movimentos sociais, apesar da grave crise econômica. Para Francisco Iglesias (1993, p. 290-291):

O presidente, com o plebiscito, tem novo fôlego para o trabalho. Substitui o ministério por outro, empossado em 24 de janeiro de 1963. Constituído de alguns grandes nomes, não tende à radicalidade, em seu colorido centro-esquerda. O fato mais importante da nova fase, do ângulo administrativo, é o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, de 1963-65, feito pelos ministros Celso Furtado e San Tiago Dantas. De certo apuro técnico, era insustentável na prática. Devia combater a inflação e acelerar o desenvolvimento, este em processo decrescente, aquela em processo crescente. O plano foi logo mal visto pela esquerda, que o apontou como traição ao povo, a favor da grande propriedade e do imperialismo. Logo as forças se ajustam para combatê-lo, com a tolerância do governo.

A crise parecia interminável. Todos os setores da sociedade resolveram questionar as atitudes do governo, que viu vários segmentos sociais entrando em greves. Até o exército começou um movimento de rebelião contra o governo. João Goulart assistiria até mesmo aliados antigos questionando suas ações. Todo esse caótico cenário foi retratado por Francisco Iglesias (1993, p. 291):

Goulart tem a imagem crescentemente desgastada, pois a esquerda reclama cada vez mais, julga-o comprometido com o imperialismo e o latifúndio, enquanto o centro e a direita o atacam como subversivo. As greves se sucedem, há generalizada desconfiança, com acusações de golpismo, da esquerda à direita, da direita à esquerda. É grave a situação de certos estados, pois têm governos inimigos, como o do Rio de Janeiro, com Carlos Lacerda, o de São Paulo, com Ademar de Barros, o de Minas com Magalhães Pinto. Ante tantas dificuldades, Goulart pede o estado de sítio. Os políticos convencionais ou centristas o recusam, por motivos óbvios; as organizações populares também, pelo temor de ser usado contra elas. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, por exemplo, identificado com as causas populistas, sente-se ameaçado. Ante a certeza da derrota, o presidente retira o pedido.

Essa crise ficou muito mais contundente quando, de acordo com o autor Caio Navarro de Toledo (1987, p.99), os “[...] setores das classes médias e da burguesia, sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé religiosa e da

moral, saíram às ruas em diversas capitais a fim de pedir o impeachment¹⁰ do governo federal”. Entretanto, no fim o que tirou o presidente do poder foi um golpe de uma união do exército e setores civis. Antes de João Goulart deixar o Brasil, os Estados Unidos da América já havia reconhecido o novo presidente.

Depois da saída de João Goulart, como previa a constituição de 1946, o presidente da Câmara dos Deputados deveria assumir a presidência do país. Portanto, conforme Hélio Silva (1975, p. 155) “[...] às 3h45 da manhã, o deputado Ranieri Mazzilli foi empossado, pela quinta vez, na Presidência provisória da República” e ficaria no poder para a convocação de novas eleições diretas a presidência da república. Os partidos políticos já escolhiam seus candidatos civis para concorrer ao pleito. No entanto, os revolucionários questionaram o Congresso formado durante o último governo. Com o candidato militar, buscavam a presidência. Porém, a eleição não ocorreu e o período conhecido como Ditadura Militar começou.

2.3 A Ditadura Militar

O período militar iniciou com a tirada do poder do presidente João Goulart, em 1964, que chegou a presidência depois da renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros. O novo modelo de governo manteve-se, devido à organização militar e pela grande censura dos setores civis, que se estenderam até 1985, por mudanças ocorridas no governo e pressões sociais que pediam a reabertura política e o retorno das prerrogativas democráticas. Segundo José Murilo de Carvalho (2006, p. 157-158), o período de ditadura pode ser dividido em três partes:

A primeira vai de 1964 a 1968 e corresponde ao governo do general Castelo Branco e primeiro ano do governo do general Costa e Silva. Caracteriza-se no início por intensa atividade repressiva seguida de sinais de abrandamento. (...). A segunda vai de 1968 a 1974 e compreende os anos mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos. (...). A terceira fase começa em 1974, com a posse do general Ernesto Geisel, e termina em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves.

¹⁰ Impeachment: “impedimento legal da continuidade do exercício da função executiva (prefeito, governador, presidente). O impeachment só é aplicado após longo processo de comprovação de atividades ilícitas favorecidas pelo cargo público”. (NUNES, 1999, p. 85-86).

2.3.1 Governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 -1967)

A primeira cena da ditadura iniciou não com a posse do Marechal Castelo Branco, mas com a imposição do Ato Revolucionário Nº 1 que, apesar de manter a Constituição de 1946, instituía a eleição de forma indireta à presidência da república. Foi assim, com candidatura única ao governo, que Castelo Branco chegou ao poder. As leis da Constituição de 1946 continuavam em vigor e, apesar do golpe, governariam em favor da democracia. Evaldo Vieira (1985, p.15-16) destaca que:

Começando a governar em 1964, o presidente Castelo Branco pregava o respeito à Constituição de 1946, a defesa da democracia, a realização do bem-estar geral, a execução de reformas e a crença na autodeterminação dos povos. O pensamento presidencial do Marechal repousava igualmente na sua confiança no desenvolvimento. (...) Mas em 1967, ao concluir sua gestão, anunciava as vantagens da mudança desta Constituição. Na realidade, a Constituição de 1967 nasceu do Ato Institucional nº4, que invocava a necessidade de institucionalizar os princípios trazidos pelo Movimento de 1964. O Congresso Nacional, já bastante mutilado, desempenhou a tarefa de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição, oferecido pelo Presidente da República. (...) Em relação à democracia, Castelo Branco se limitou apenas a palavras. Entre 1965 e 1966, ele baixou três Atos Institucionais, 36 Atos Complementares, 312 Decretos-Leis, 19.259 Decretos, além de onze propostas de emendas constitucionais enviadas ao Congresso Nacional, sem contar o projeto de reforma global da Constituição. Com Castelo Branco, ocorreram 3.747 atos punitivos, com uma média de mais de 3 por dia.

O governo de Castelo Branco, principalmente a Ditadura que se instalou a partir de 1964, foi regida dentro das normas da Doutrina de Segurança Nacional¹¹, originária dos Estados Unidos da América. O governo do Marechal tentou controlar a crise econômica e financeira, controlar a inflação e, sobretudo, honrar as dívidas já assumidas, bem como contrair mais investimentos para o país. Os salários acabaram por serem congelados, os trabalhadores tinham de pedir permissão para a realização de greves, o que era normalmente negado. Portanto, qualquer mobilização tornava-se ilegal. Nesse contexto de controle do Estado sobre as ações da sociedade e das classes organizadas, foram marcadas novas eleições, de forma indireta, à presidência da república.

¹¹ “Criada na época da guerra fria, nascida do antagonismo leste-oeste, a Doutrina de Segurança Nacional fornece intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social. Objetivamente a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre comunismo e os países ocidentais.” (FERREIRA; DELGADO, 2007. p. 24).

2.3.2 Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva (1967 – 1969)

O segundo presidente militar foi Costa e Silva, eleito de forma indireta, num sistema político bipartidário, em que os políticos se aliavam ao MDB¹², partido de oposição, e ARENA¹³, partido contendo os que apoiavam ao governo. Num congresso montado para a eleição, muitos deputados do MDB se absteram, não apoiando o que consideraram o fim da democracia. Com o início do governo de Costa e Silva, vemos alguma oposição, mas nesse momento temos instituído o AI-5, que tirou o direito de livre manifestação, fechou o congresso e deu livre poder ao presidente de governar. Seria o início da chamada linha dura do governo militar. Boris Fausto (2002, p. 263) descreve como era o candidato Costa e Silva:

Apesar de ter sido ministro da Guerra de Castelo Branco, Costa e Silva era uma figura estranha ao grupo. O “Tio Velho”, como era chamado pelos conspiradores de 1964, fizera uma carreira militar sólida, incluindo desde meses de treinamento nos Estados Unidos até o comando do IV Exército nos anos tensos de 1961 – 1962. Seu estilo, porém não coincidia com o do intelectualizado Castelo. Não se interessava por leituras complicadas sobre estratégia militar, preferindo coisas leves e as corridas de cavalo. Mais significativo do que essa diferença de personalidades era o fato de que Costa e Silva concentrava as esperanças da linha dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas, descontentes com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos e de facilidades concedidas aos capitalistas estrangeiros.

Entretanto ele não foi, no poder, um simples instrumento da linha dura. Levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com setores de oposição e tratou de ouvir os discordantes. Ao mesmo tempo, iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças sindicais confiáveis. Os acontecimentos iriam atropelar essa política de liberalização restrita.

O autor retrata a mudança de atitude do poder militar. Antes, um governo que se preocupava com a legitimação da nova ideologia; depois, um governo que impôs essa ideologia de forma muito mais ditatorial. Os atos institucionais serviram como mecanismos de cerceamento da liberdade de expressão, apesar da ilusão de participação, que era controlada. Nesse momento, temos o que podemos chamar de controle total das ações sociais e políticas.

¹² MDB “(Movimento Democrático Brasileiro) formado originalmente como oposição tendo 83 deputados, (33 do PTB; 40 do PSD; 6 DA UDN e 4 do PDC) e 19 senadores (13 do PTB; e 5 do PSD e 1 da UDN)”. (SILVA, 1975, p. 69-70).

¹³ ARENA “(Aliança Renovadora Nacional) formado originalmente pelos candidatos que apoiavam o governo contando mais de 220 deputados federais (83 da UDN; 67 do PSD; 38 do PTB; 22 do PSP; 16 do PSD e outros) e 35 senadores (16 da UDN; 15 do PSD e 4 do PTB)”. (SILVA, 1975, p. 69).

Costa e Silva, por motivos de saúde, não terminou seu governo. Impossibilitado, devido a um derrame, precisou deixar a presidência. Nesse momento, assistimos mais um ato contrário à sucessão presidencial, pois o seu vice, Pedro Aleixo, por ser civil, foi impedido de assumir ao poder. Uma junta militar, formada por ministros, assumiu ao poder e instituiu a pena de banimento contra aqueles considerados inconvenientes à segurança nacional.

Como o presidente continuava impossibilitado de assumir ao poder, a Junta declarou vago o cargo de presidente e vice, e marcou as eleições para 25 de outubro de 1969. O general Emilio Garrastazu Médici foi indicado como candidato, tendo como vice o ministro da marinha Augusto Rademaker.

2.3.3 Governo do General Emilio Garrastazu Médici (1969 – 1974)

Indicado pela alta cúpula militar, tendo candidatura única, eleito também de forma indireta num congresso reunido para a votação, Médici não teve unanimidade, houve quem votasse contra, e muitos do MDB se absteram. Chegando ao poder e contando com o AI-5 para cercear as opiniões contrárias, discursou em nome da democracia e de uma continuidade do crescimento econômico. Seu governo ficou conhecido como o do “milagre econômico”, o de maior rigor e censura. Evaldo Vieira (1985, p. 37) destaca que:

Não se pode negar que o governo de Garrastazu Médici tinha registrado estabilidade política. Manteve o Congresso Nacional em funcionamento, cassou somente dez ocupantes de cargos políticos entre 1970 e 1973, o menor número de punições desta natureza. Mas o silêncio tinha penetrado fundo na sociedade brasileira, pois para isto não faltavam meios ao Presidente Médici.

O governo de Médici ficaria conhecido como o período do silêncio, quando os meios de comunicação foram totalmente controlados, os opositores não tinham condições mentais para lutarem contra o governo. Ficou também conhecido como o período do “Milagre Econômico”, em que tivemos um crescimento da produção, uma estabilidade monetária com baixa inflação. Esse enorme crescimento econômico foi

baseado no investimento estrangeiro, deixando o Brasil com um aumento na dívida externa.

Foi criado, na administração de Médici, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que, de acordo com Evaldo Vieira (1985), tinha objetivo de elevar o Brasil à nação desenvolvida, de multiplicar a renda per capita nacional e de ampliar a economia para até 10%. O governo fez uso de toda a propaganda governamental disponível para difundir, tanto o suposto crescimento econômico, como também calar as opiniões contrárias. Analisando esse “milagre” pensando no trabalhador, Evaldo Vieira (1985, p. 39) afirma que:

Mergulhados no silêncio imposto pela repressão política e nas mágicas divulgadas pela propaganda governamental, muitas pessoas celebravam o *seu* “Milagre Econômico”, ao passo que o restante dos brasileiros assistiam a festas bem programadas. A maioria do povo sentia a vida sem milagre!.

José Murilo de Carvalho (2006) destaca também a contradição desse período, que teve um governo que instituiu a prática da pena de morte por fuzilamento; a censura prévia para todos os meios de comunicação; um grande número de adversários simplesmente eram dados como desaparecidos; a oposição estava proibida de declarar suas ideias, não podiam se reunir; o governo tinha total autoridade de invadir as residências, para procurar pessoas e provas. “Foram anos de sobressalto e medo, em que órgãos de informação e segurança agiam sem nenhum controle” (CARVALHO, 2006, p. 168).

Mas havia o outro lado desse governo, segundo o mesmo autor, o do crescimento econômico e de um nacionalismo propagado principalmente usando a conquista do tricampeonato de futebol no México. “Viam-se nas ruas e nos carros faixas com os dizeres: “Brasil: ame-o ou deixe-o”, uma crítica explícita à oposição” (CARVALHO, 2006). Acreditava-se que o povo apoiava ao governo, essa opinião podemos ter devido a esse crescimento econômico e à falta de oposição.

Em 1974, o país estava envolto num véu de censura e falso crescimento econômico, foram seriam marcadas eleições a presidente da república. O candidato General Ernesto Geisel tinha uma plataforma de governo que pregava a continuidade da revolução e a continuidade do crescimento econômico e da segurança nacional.

2.3.4 Governo do General Ernesto Geisel (1974 – 1979)

Eleito dentro da tônica da revolução de 1964, por indicação da cúpula militar e de forma indireta, Ernesto Geisel era o presidente da Petrobrás, quando da sua indicação. Militar de carreira, fez parte da Escola Superior de Guerra. Era adepto do desenvolvimentismo econômico, mas ao contrário de seus adversários, começou uma abertura política visando extinguir os mecanismos de controle e de censura extrema.

Após assumir ao poder, a imagem do “milagre econômico” do governo anterior se dissipou numa crise mundial provocada pelo petróleo. Para manter a ordem, começou a divulgar, segundo Evaldo Vieira (1985, p. 41), “[...] a teoria da ‘distensão’. Tal teoria tinha a finalidade de diminuir a pressão exercida sobre a sociedade brasileira. Mesmo com forte controle, se alargava o espaço de participação, criando meios de integrar certos setores da oposição, no interior da vida política”.

A crise estava implantada, a oposição começou a dar sinais de crescimentos, greves gerais de vários segmentos trabalhistas começaram a aparecer, a igreja iniciou uma campanha contra os abusos dos militares, os políticos da oposição começaram também a ganhar mais espaço. O presidente começou a dar sinais de uma abertura política, definida por ele como “lenta, gradual e segura”. A sociedade esperava por essa abertura, enquanto a chamada linha dura do exército buscava manter as coisas como estavam. Evaldo Vieira (1985, p.43) destaca o motivo dessas mudanças:

As reformas de Geisel visavam principalmente à conservação do poder, e não à sua transferência para outros grupos, até popularmente mais representativos. As providências tomadas por ele retratam um pouco da vida do País. No dia da posse, em 15 de março de 1974, a imprensa ainda sofria as restrições da censura, ao noticiar o próprio acontecimento. Ele tentava reformar para ficar governando. As eleições mostravam o contrário: a necessidade de mudanças reais, que eram adiadas a cada hora. Os resultados de pleito de 1974 davam expressiva vitória ao MDB, que pela primeira vez possuía maior porcentagem do eleitorado em eleições para o Senado Federal.

Mas não só de flores se faz uma abertura política, Geisel ainda fechara o Congresso, em 1977, cassara os poderes políticos de um senador e de outros

deputados e, por incrível que possa parecer, indicara para seu sucessor outro militar, o General João Figueiredo, que não seria candidato unânime dentro da cúpula do exército. Podemos averiguar que no fim do governo de Geisel, segundo Evaldo Vieira (1985, p.51):

As pessoas tinham conquistado o direito de habeas-corpus para o que se considerava crime político. Conquistaram ainda o direito elementar de não ser preso, sem acusação ou ordem judicial. Os juízes conquistaram o direito de julgar, sem passar por maiores pressões. A crise econômica, porém, principiava o seu galope em direção ao infinito, para a tristeza dos trabalhadores brasileiros.

Temos, então, a candidatura do último presidente militar, que teria como opositor consentido o também militar o General Euler Monteiro pelo MDB, candidato considerado liberal e nacionalista. Entretanto, como era de se esperar, um colégio eleitoral deu vitória ao sucessor do atual presidente, chegando ao poder o General Figueiredo.

2.3.5 Governo do General João Baptista Figueiredo (1979 – 1985)

Chegando ao poder, o General João Baptista Figueiredo reforçou o discurso de uma abertura política, em que os direitos humanos, sociais e políticos do povo, fossem respeitados dentro de uma democracia controlada pela revolução. No entanto, com o fim do AI-5, no governo anterior, com maior liberdade de expressão, a comunidade civil, assim como os políticos de oposição e grupos organizados de trabalhadores começavam a exigir cada vez mais.

O governo tirou do Congresso e das mãos da oposição a Lei da Anistia e concedeu anistia a militares e civis, a condição era que estes não tivessem cometido “crimes de sangue”. Vários políticos puderam retornar ao país e todos receberam de volta seus direitos políticos. Evaldo Vieira (1985, p. 55-56) descreve como foi essa anistia política realizada por Figueiredo:

De outra parte, esta Anistia Política acabou por atingir até mesmo os responsáveis por abusos praticados contra pessoas, incluindo quem praticou tortura, em nome da segurança do Estado. Anistiavam-se a repressão política e também os condenados do passado.

O governo acabou por criar um mecanismo que impossibilitava a condenação de militares pelos abusos praticados durante todo o período militar. Nessa batalha por justiça, muitos dos desaparecidos nunca foram encontrados, tendo muitas famílias a chorarem por aqueles que não puderam encontrar. Outra grande reforma do presidente Figueiredo foi a reforma partidária. Extinguia-se o bipartidarismo e, portanto, os políticos deveriam se associar dentro de partidos, de acordo com suas convicções ideológicas. Entretanto, para dificultar esse acesso ao poder, foram criados vários empecilhos desde a regulamentação até a votação vinculada. Evaldo Vieira (1985, p. 57-58) retrata como era a construção desses partidos:

A maratona burocrática para formar-se um partido político requeria ânimo e dinheiro. Depois de registrado provisoriamente, o partido deveria conseguir 5% dos votos em eleição para deputados federais e senadores, com pelo menos 3% em cada um de nove Estados. Se tal não acontecesse, perderia simplesmente a sua representação, transformando eventuais votos de candidatos eleitos em votos nulos. Proíbiam-se partidos, quando se fundamentassem em fé religiosa, racismo ou sentimentos de classe social. Proíbiam-se, ainda mais, as alianças entre os partidos nas eleições para deputado federal, para deputado estadual e para vereadores. (...) faziam com que o eleitor indicasse nomes de um mesmo partido: de vereador, prefeito, deputado estadual até governador, deputado federal e senador. Aí esta, neste “voto vinculado”, um exemplo da criatividade do General Figueiredo, visando a oferta a democracia ao povo brasileiro. Outra reforma eleitoral consistia em somente permitir a renúncia de qualquer candidato, caso seu partido também abandonasse as eleições.

Apesar de todas essas “normas democráticas” do governo, vemos um aumento considerável de representantes de partidos de oposição no Congresso. A sociedade civil organizou-se e foi às ruas em protesto exigir eleições diretas à presidência da república, no movimento conhecido como Diretas Já. Porém, apesar de todo o apelo partidário e popular, as eleições de 1985 ainda foram de forma indireta, por fim elegeu-se um candidato civil. Era o fim do período de Ditadura Militar, estavam de volta os direitos sociais e políticos usurpados do povo brasileiro por mais de 20 anos.

3 O RÁDIO – UM MEIO DE COMUNICAÇÃO DO SÉCULO XX

Abordaremos, neste capítulo, o surgimento do rádio no mundo, sua implantação e evolução no Brasil e, principalmente, seu uso como divulgador de ideologias políticas. O controle exercido pelo Estado sobre esse meio de comunicação será abordado tendo como referência Gisela Swetlana Ortriwano (1985, p. 61): “[...] em uma série de medidas que vão desde a censura, violências físicas, ações judiciais, expropriações, intimidações, ameaças, pressões de ordem financeira, apreensões, a convites para recepções ou bate-papos cordiais (...)”.

3.1 O surgimento do rádio no mundo

Podemos começar escrevendo sobre a implantação do rádio no mundo, tendo como ponto de partida os estudos de diversos cientistas, no final do século XIX, dos EUA, da Alemanha e mesmo do Brasil. Creditar a um único cientista a sua criação é desmerecer o trabalho de diversos estudiosos no mundo. No Brasil, o padre gaúcho Roberto Landell de Moura foi o pioneiro nos estudos sobre transmissão de som por meio de ondas eletromagnéticas. Algumas de suas invenções tiveram patente reconhecida pelo governo dos Estados Unidos da América.

Considerado como o criador da tecnologia de transmitir som por ondas eletromagnéticas, o italiano Guglielmo Marconi, acabou por vender a patente de sua invenção para a empresa britânica Marconi Corporate. A Inglaterra foi, até o final da I Guerra Mundial, a líder mundial dessa tecnologia, que foi usada primeiramente pelo poderoso setor marítimo inglês. Antônio Carlos Silva (2003, p. 3) destaca que:

Na área de radiocomunicação, a primazia da indústria era da Inglaterra desde o início do século XX. Mas após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a liderança passou a ser dividida. Os norte-americanos criaram em 1919 a Radio Corporation of America (RCA). Era um consórcio entre mega-empresas de equipamentos elétricos e de telecomunicações: General Electric, ATT, Westinghouse e United Fruit. As empresas norte-americanas de aparelhos de rádio começaram a expandir a fabricação de equipamentos para outros países.

Ter tecnologia de transmissão de som via ondas eletromagnéticas não significava a criação do rádio. Novamente, Luiz Ferraretto (2000, p. 88-89) nos mostra que foi preciso mais 10 anos, desde a transmissão citada acima, para que pudéssemos falar do aparelho rádio. O russo David Sarnoff, erradicado no EUA, criou um aparelho com a finalidade de transmitir músicas. Somente quatro anos após a sua ideia, com o fim da I Grande Guerra Mundial, é que surgiu a primeira empresa de radiodifusão do mundo, a KDKA. Ela não criava somente os aparelhos, mas também os programas.

Como em outros setores, depois da I Guerra, nesse também os EUA, começaram a ter a primazia das ações, pois usaram o excedente de mão-de-obra das indústrias bélicas, para ampliar a produção industrial. As grandes empresas produziram os aparelhos e venderam, por preços exorbitantes, a outros países, como o Brasil, que não tinha acesso à tecnologia e não tinha nem mesmo condições industriais para implantá-la. Além de produzirem os primeiros aparelhos, também foram responsáveis pela criação dos primeiros programas e pela sua transmissão. Luiz Arthur Ferraretto (2000, p. 86) comenta sobre a primeira transmissão radiofônica da história:

A primeira transmissão comprovada e eficiente ocorreu na noite de 24 de dezembro de 1906. Usando um alternador desenvolvido pelo sueco Ernest Alexanderson, o canadense Reginald A. Fessenden transmitiu o som de um violino, de trechos da Bíblia e de uma gravação fonográfica. Da estação em Brant Rock, Massachussetts, as emissões foram ouvidas em diversos navios na costa norte-americana.

Com o fim da I Guerra, sobretudo com os EUA como novo líder mundial, tendo um vasto parque industrial construído principalmente para atender às demandas da guerra, se poderia ater na confecção de outros produtos. Logo o mundo acabaria por ter esse aparelho, que não servia mais somente para escutar músicas, mas também para divulgar notícias e principalmente para propagar ideologias. Por fim, foi uma empresa norte-americana que fez a primeira transmissão dentro do território Nacional, com o aval do governo, com o principal motivo da comemoração da independência.

3.2 A hora e a vez do rádio no Brasil: de 1922 até 1985

Pretendemos analisar como o rádio se estruturou no país e de que maneira foi usado como um meio de comunicação eficaz, capaz de transmitir ideologias de controle em favor da política nacional, bem como de que forma o rádio acabou por tornar-se o principal meio de comunicação de massa do nosso país no século XX. Osmani Ferreira da Costa (2005, p. 15) nos mostra, com propriedade, como a mídia e a política estão associadas:

A mídia e a política sempre tiveram, no Brasil, relação íntima e complexa. Sendo o principal veículo de comunicação junto à maioria da população, o rádio é utilizado pelo Estado e pela classe dominante como um aparelho reprodutor da ideologia burguesa. Refém do sistema de concessões e da pressão econômica dos anunciantes privados e públicos, o rádio – por meio de sua programação – pouco faz em defesa dos reais interesses de seus ouvintes.

A primeira transmissão oficial radiofônica brasileira foi realizada em 1922, para comemorar o centenário da Independência. Porém, poucas pessoas tiveram acesso aos 80 aparelhos que foram importados para este fim. A demonstração foi realizada por uma empresa norte-americana a pedido da Repartição Geral dos Telégrafos. Luiz Artur Ferraretto (2000, p. 94) afirma que “[...] a demonstração promovida pelo capital norte-americano atingiria o seu objetivo, despertando o interesse dos pioneiros do rádio no Brasil, reunidos em torno de Edgard Roquette-Pinto”.

No ano seguinte, esse entusiasmo transformou-se na primeira emissora regular de rádio brasileiro, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Fundada por Roquette-Pinto, a Rádio alterou a forma amadora em que eram feitas as transmissões no país. Antes dessa data, já podia ser visto tentativas em várias partes do Brasil de se divulgar notícias e músicas através da tecnologia radiofônica. As primeiras programações da Rádio Nacional foram esporádicas, sem uma programação definida e com seus fundadores, segundo Gisela Ortriwano (1985, p. 13) essas primeiras programações ocorreram “[...] impondo a emissora um cunho nitidamente educativo”. Porém, ainda sobre o rádio:

Mas o rádio nascia como meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, então muito caros. Também a programação não estava voltada para atingir aos objetivos a que se propunham seus fundadores: “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”. Nasceu como empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruístas. (ORTRIWANO, 1985).

Os aparelhos eram caros e poucos brasileiros conseguiam adquiri-los do exterior. Assim, as emissoras tornaram-se rádios clubes e sociedades em que os sócios pagavam mensalidades para poderem escutar as transmissões, que eram basicamente voltadas à literatura, ciências e músicas clássicas. Nessa primeira fase, não eram permitidos os anúncios, propagandas de produtos, o que favorecia esse modelo mais elitizado na radiodifusão nacional. Basicamente, eram a elite e as sociedades que conseguiam pagar os aparelhos. Então, a programação era voltada para famílias da alta sociedade, aos artistas e aos intelectuais.

A lei que proibia a propaganda só foi alterada quando Vargas assumiu ao poder, em 1930, iniciando uma nova fase no que tange ao processo radiofônico brasileiro. As empresas internacionais, motivadas pela crescente industrialização, instalaram-se no Brasil, acreditando no potencial deste meio de comunicação investiram em programas patrocinados que se voltavam, cada vez mais, para o gosto popular. Este processo de transmissão se profissionalizou com a implantação dos comerciais. De acordo com Othon Jambeiro (2004, p. 66):

Na verdade, a introdução de mensagens comerciais transfigurou imediatamente o rádio. O veículo até então erudito, instrutivo e cultural transformou-se em popular órgão de lazer e diversão. Foi também com o advento da publicidade que as emissoras se organizaram empresarialmente para disputar o mercado. A integração nacional através do rádio, vislumbrada por Roquette Pinto, começa a se tornar realidade ainda nos anos 30, mas é na década de 40 que o veículo passa, efetivamente, a interferir na vida do país, do norte a sul e de leste a oeste.

Durante todo o período que corresponde à chamada Era Vargas, o meio de comunicação foi ganhando cada vez mais visibilidade e utilização. O rádio começou a representar um caminho mais curto entre o governo e o povo, sendo muito bem utilizado por Getúlio Vargas, através de programas criados para divulgar ações especificamente governamentais. A comercialização dos anúncios trouxe maior renda às empresas responsáveis pelo setor, que venderam seus produtos através do rádio, estando coerentes com o perfil predominantemente industrial do governo.

Com a possibilidade de lucrar com a publicidade vinculada aos programas radiofônicos, as empresas começaram a disputar públicos e mercado, neste momento os programas tornaram-se cada vez mais produzidos, mais profissionais, mais distantes do propósito educacional sonhado quando foi implantado no país. Mas não só os empresários conheciam a grande importância do rádio como veículo de divulgação, o governo Vargas via no rádio um grande instrumento político, por isso começou a buscar mais informações sobre como poderia ser mais bem utilizado. Dentro desse processo de uso político, Vargas enviou para a Alemanha seus ministros e o principal empresário do ramo radiofônico Assis Chateaubriand, para observarem como esse país fazia uso do rádio, na divulgação da ideologia nazista e como conseguiam criar uma imagem de herói para Hitler.

Assistimos então, no decorrer dos anos 30, uma evolução na radiotelefonia brasileira. Segundo Othon Jambeiro (2004, p. 49) “[...] sintonizado com a propaganda política que vinha sendo feita nos Estados Unidos e na Europa através do rádio, Vargas, já naquela época, vislumbrava a utilização do novo veículo no Brasil”. Antônio Carlos Silva (2003, p.9) descreve como foi que Vargas buscou inspiração na política internacional para melhor usar o rádio como instrumento de controle:

Nos anos 30, assessores políticos de Vargas e empresários de comunicação brasileiros, como Assis Chateaubriand, visitaram o III Reich. Ficaram impressionados com o controle social da população alemã a partir do emprego de técnicas de propaganda, inclusive pelo rádio. Em 22 de setembro de 1934, o assessor presidencial Luiz Simões Lopes, em visita oficial à Alemanha, recomendou a Getúlio Vargas a criação no Brasil de um órgão similar ao Ministério da Propaganda nazista. Este tornava Hitler onipresente na vida dos alemães via cinema e rádio.

Para Vargas, que já tinha algum conhecimento sobre a importância do rádio e pelo seu empenho em regularizá-lo ao tomar o poder, mantendo as principais decisões, principalmente as concessões nas mãos do governo. Após, todo o processo de implantação e regulamentação, Vargas conseguiu dentro do modelo político mais centralizador, usar o rádio como aliado na sua política. No entanto, o rádio não era movido somente pela política e pela economia, era movido pela emoção. Conforme afirma Doris Haussen (1995, p. 8-9):

Embora fosse naquele momento, o único veículo realmente de massa, não era somente essa a explicação para o seu sucesso: acima de todas as sanções vividas, o rádio relacionava-se com o imaginário popular. O que era apresentado era o vivido, o que dava prazer, o que mexia com as emoções – o espelho, enfim. O espelho que podia, às vezes, distorcer a imagem, mas que não a modificava totalmente em sua essência.

Podemos assistir a importância do rádio já em 1932, quando, em São Paulo, iniciou a Revolução Constitucionalista, exigindo do governo a reabertura do Congresso e a criação de uma Constituição. Os “rebeldes” usavam as emissoras de rádio para transmitir os discursos dos paulistas famosos que apoiavam a revolução, assim como também os discursos que pediam a colaboração de todos nos combates. Entretanto, não foram somente os paulistas que divulgaram notícias da revolução pelo rádio, Getúlio também o fez, criticando a iniciativa separatista dos paulistas.

Segundo Doris Haussen (1997, p. 23), em 1937 “Getúlio Vargas comunicou a nação a instalação do Estado Novo e a nova Constituição.” Com o início do Estado Novo, Vargas já havia criado mecanismos para garantir o controle dos meios de comunicação, o DIP. Conseguia, com a designação de um sensor em cada emissora de rádio, fiscalizar as programações e garantir que somente notícias favoráveis ao governo fossem noticiadas. Othon Jambeiro (2004, p. 107-108) retrata que:

O Estado Novo foi o primeiro governo do Brasil a se preocupar de maneira sistemática com a autopromoção. Enquanto nos governos anteriores a propaganda política era feita através das adesões e das pressões exercidas sobre líderes políticos, jornais e associações da sociedade civil, o Estado Novo fez da publicidade dos seus feitos uma atividade institucional, além de legal, econômica e policial. O controle dos meios de comunicação aliado a um esquema de disseminação da ideologia estado-novista, realizada através da propaganda institucional e do sistema da educação, implantado nas escolas públicas do país, se constituíram em elementos fundamentais para a manutenção do regime, por oito anos.

Os investimentos e a legislação que foi construída acabaram por profissionalizar os trabalhadores do rádio. Cada emissora queria alcançar mais ouvintes, mais produtos para anúncios e, portanto, mais investimentos. Surgia, então, uma maior variedade de programas, que cada vez mais pareciam espetáculos, se ouvia em casa ou, quem pudesse, nos auditórios das emissoras. De acordo com Cláudia Modesto e Márcio Guerra (2010, p.13) foi um apelo populista:

Nesta mesma década, o Estado Novo, instaurado em 1937, começava a esboçar uma estratégia de cativação populista da população, e a música brasileira dominante no período, como as marchinhas de carnaval, foram estimuladas no ufanismo do governo de Getúlio Vargas entre o final dos anos 30 e começo dos anos 40.

Ainda dentro desse contexto de controle das músicas, voltando-as para o processo de nacionalismo pretendido por Getúlio Vargas, as músicas deveriam ter letras que fizessem uma exaltação ao Brasil. Vários autores foram contratados pelo governo para criar e divulgar boas músicas, voltando-e para um Brasil trabalhista e unido. Doris Haussen (1997, p.8), ilustra esse momento da música no Estado Novo:

No Brasil, durante o Estado Novo, houve uma forte pressão do governo sobre os compositores para que abandonassem as letras sobre a malandragem e passassem a valorizar o trabalho. Casos ficaram famosos, como o da música "O Bonde de São Januário", de Wilson Batista, que precisou alterar a letra. Nesses anos, as contribuições de Villa Lobos e Ary Barroso ao nacionalismo, incentivado pelo governo, foram fundamentais.

Durante todo o Estado Novo, o processo de radiodifusão cresceu muito, mas foi durante a Segunda Grande Guerra que se fortaleceu, pois as notícias eram irradiadas dos campos de guerra para todo o mundo. No Brasil, não foi diferente, várias emissoras apostaram em programas de notícias que transmitiam informações da guerra. Após o fim da guerra, o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, já não conseguiria manter o mesmo controle sobre as informações divulgadas pelos meios de comunicação e com a deposição de Getúlio Vargas o Departamento foi fechado. O rádio estava, neste momento, passando pelo seu melhor período, conhecido como a Era de Ouro do rádio, que havia começado na década de 40. Marcos Napolitano (2008, p.13) destaca as mudanças que ocorriam nesse momento:

A sociedade brasileira, sobretudo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, assistia a um considerável processo de urbanização desde as primeiras décadas do século XX. Mas foi na segunda metade dos anos 1940 que este processo se intensificou, mantendo índices impressionantes até os anos 1970. Obviamente, não se pode falar de urbanização no Brasil, sem citar dois fenômenos correlatos: migração (do norte para o sul e do interior para a capital) e industrialização. Os imigrantes, seja das áreas rurais do Centro-sul seja do Nordeste como um todo, se tornarão a base social das novas camadas populares urbanas, somando-se aos descendentes dos escravos e ex-escravos e imigrantes europeus, que desde o final do século XIX constituíam boa parte das camadas populares das capitais brasileiras. Para todo esse conjunto heterogêneo de população, que fornecia os contingentes de mão-de-obra para as indústrias que se instalavam no país, o rádio tinha um papel fundamental. Ele era fonte de informação, de lazer, de sociabilidade, de cultura. Estimulava paixões e imaginários, não só individuais, mas, sobretudo, coletivo.

Em 1946, um novo modelo de governo começou no país. Com ele, havia também a homologação de uma nova Constituição, que tratava o rádio. De acordo com o autor Othon Jambeiro (2004, p. 139) “[...] a Constituição de 1946, é a primeira Carta Magna brasileira a citar o serviço de radiodifusão. Ela reafirma o monopólio da União com relação a este serviço, a ela atribuindo a exclusiva competência de explorá-lo, diretamente ou mediante concessão”.

A Era de Ouro no Brasil só foi possível graças aos investimentos, aos anúncios nos programas de rádios, liberados por leis, durante o governo Vargas. Cresceu rapidamente também durante o fim do governo de Getúlio, mas o que se firmou como tendência foram os programas de notícias. Os autores Carlos Manhanelli e Fábio Ciaccia (s/d, p. 05) afirmam, em sua tese, que:

O crescimento da verba publicitária, incentivos oficiais e popularização da programação, transformou os anos 1940 na época de ouro do rádio. É também neste período que o jornalismo intensifica sua presença no meio. Em 1941 a Rádio Nacional lança o “Repórter Esso”, programa que ficou no ar por 27 anos. Em 1942 a Rádio Tupi de São Paulo estreou o Grande Jornal Falado Tupi. E em 1946, outro importante jornal foi ao ar, o Matutino Tupi, que permaneceu até 1977.

Ainda em 1940, vemos como “[...] rádio se consolidou como fenômeno cotidiano, ligado à cultura popular urbana, veiculando principalmente melodramas (novelas) e canções. A partir de 1945, a Rádio Nacional massifica os chamados programas de auditórios [...]” (NAPOLITANO, 2008, p.13-14). Marcos Napolitano (2008, p. 13-14) afirma também que o rádio se consolidou como um veículo de paixão que movimentava os ouvintes e ainda que “a cultura era mais uma lente pela

qual a sociedade se representava do que um espelho que refletia a “realidade” das estruturas econômicas e políticas”

Já em 1949, o país acabou por liberar a importação de aparelhos de televisão. Foi dado um grande passo em direção ao desenvolvimento das comunicações no Brasil. Apesar de Chateaubriand ter como importar os aparelhos, para uma maior agilidade na implantação da TV-TUPI acabou-se por contrabandear 200 aparelhos. De acordo com Othon Jambeiro (2004, p.145), alguns desses foram dados ao presidente Dutra, mas não tiveram utilidade, pois o sinal não chegava a Capital Federal, Rio de Janeiro, limitando-se somente a São Paulo.

Entretanto, o rádio ainda não sofria concorrência, pois os preços dos aparelhos de televisão eram altos, as transmissões alcançavam primeiro as grandes capitais, tendo uma evolução lenta e gradual. Poderíamos observar, ainda, que o rádio continuou os investimentos em redes e programas. Othon Jambeiro (2004, p. 145-146) retrata essa continuidade:

O rádio continuou seu desenvolvimento, buscando se fortalecer com a prestação do serviço, principalmente no interior do Brasil, onde era a principal fonte de informação. Porém, a característica comercial também se tornou mais forte, tendo em vista que este foi o período do apogeu dos programas de auditório, que tinham, em sua maioria, patrocínio de empresas estrangeiras. O poder dos concessionários de radiodifusão, especialmente na figura de Assis Chateaubriand, intensificou-se a ponto de ser creditada a ele a queda e a volta de Vargas ao poder. Na década de 50, o rádio continuou se expandindo, apesar do surgimento da televisão, que, devido ao alto custo dos aparelhos, estava restrita às camadas mais altas da população.

Outra importante regra da radiodifusão brasileira era a obrigatoriedade de somente os brasileiros terem o controle das ações intelectuais e administrativas das emissoras ou concessionárias. Essa regra acompanhava a radiodifusão brasileira até o início do século XXI, quando foi liberada a participação, de forma minoritária, de estrangeiros nos meios de comunicação de massa no Brasil.

O rádio, que atravessava e participava das mudanças ocorridas na política do país, noticiou a saída de Vargas do poder, o início e as mudanças ocorridas durante a redemocratização, a campanha da legalidade, uma luta em prol da Constituição, como também o início e o fim da Ditadura Militar. Foi nesse período de maior censura e de novas tecnologias, como a inclusão de emissão por frequência modulada, que o rádio mudaria sua forma de atuação. Ferraretto (2000, p. 155) destaca que:

A partir da segunda metade da década, começa a ocorrer uma segmentação proporcionada, em princípio, pela divisão do espectro em dois ramos características próprias de som e abrangência. Seguindo a tendência verificada após o final do rádio espetáculo, as estações de amplitude modulada concentram-se ao jornalismo, nas coberturas esportivas e na prestação de serviços à população. Este último aspecto, por vezes, materializa-se em programas popularescentos centrados na figura de um comunicador que simula um companheiro para o ouvinte, enquanto explora modo sensacionalista situações do cotidiano. Nas FMs, predomina a música. Inicia um processo de divisão do público que vai se consolidar nos anos 80. Nesta nova realidade, o reestrutura-se e, mesmo sem recuperar o faturamento de outras épocas, reposiciona-se no mercado.

Essa tendência, já vivenciada no exterior, acabou por instalar-se no país durante o período ditatorial com aval do governo militar. Luiz Arthur Ferraretto (2000, p.157) afirma como esta “[...] torna a expansão das FMs uma prioridade com a Portaria nº 333, de 27 de abril de 1973, do Ministério das Comunicações. São dados incentivos à indústria eletro-eletrônica para que se produzam transmissões e receptores.” Outra mudança importante nesse contexto ocorreram com as Redes Via Satélite, que foram inauguradas em março de 1982. Já em 1985, o país passou a ter o seu próprio satélite. Por fim, o rádio acabou por perder lugar para a televisão. As emissoras escolheram um público alvo e criaram uma programação de acordo com esse público.

Se no início os governantes viram o rádio como um instrumento de grande potencial divulgador e formador de opinião, a introdução de outras formas de comunicação acabou de tirar dele essa primazia, pela notícia e pela divulgação das ações governamentais, necessárias para a manutenção de governos. A seguir, vemos quais instrumentos de controle de informação foram criados e quais eram suas principais finalidades.

3.3 O rádio e os mecanismos de construção da informação

O rádio, instalado no país com finalidade primeiramente educacional, não deixaria de sofrer as influências controladoras, impostas a ele por governos internacionais, como o do Nazismo. No Brasil, o discurso político centralizador começou a ser construído por departamentos especializados ainda no período Vargas, a partir de 1934, sendo este o primeiro governo brasileiro que se estruturaria

principalmente pelo controle das informações e das notícias a serem divulgadas. Lilian Perosa (1995, p. 37) demonstra a evolução desses departamentos:

O Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que tinha em seu encargo uma seção de rádio através da qual se divulgava um brevíssimo boletim informativo. Em 10 de junho de 1934, o DOP foi transformado em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) pelo decreto n.24.651. Considerado historicamente o primeiro órgão oficial de informação no Brasil, o DPDC foi o responsável por todos os processos técnicos que serviram de instrumento de difusão. Subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o órgão ficou sob a direção de Lourival Fontes. Fontes foi o grande responsável pela instituição do programa Hora do Brasil, em 22 de julho de 1935.

O Departamento de Imprensa e Propaganda de 1939, conhecido como DIP, foi uma evolução dos primeiros órgãos reguladores. Projetado para divulgar as realizações do governo Vargas e mostrar ao povo como o mesmo estava sendo positivo para o Brasil, tinha a missão de exaltar a suposta produção de riqueza e incentivo à cultura em um país que era considerado atrasado. Sobre a importância desse departamento para o governo, podemos observar no texto de Francisco Paschoal (2011, p.5):

O DIP possuía setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo, imprensa e literatura social e política. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer a censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos musicais, conferências e projetos monográficos sobre a História do Brasil, estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo.

O governo também criou programas que fizeram com que as suas realizações fossem divulgadas, sempre supervisionadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Othon Jambeiro (2004, p. 21) mostra como era feito esse controle pelo governo: “[...] o controle da radiodifusão pelo Estado Novo ocorria de duas formas principais: a) exercido parcialmente através da concessão de emissoras de rádio e de licenças para a importação de equipamentos; b) diretamente, exercido pelo DIP, através da censura e da distribuição da propaganda estatal”.

O DIP, quando foi criado, tornou-se o principal elo entre o governo e a construção da cultura e das notícias no país. Através desse departamento, seriam configuradas as bases ideológicas do Estado Novo que Vargas pretendia construir. Francisco Paschoal (2011, p.5) reforça essa ideia afirmando que:

[...] o Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares.

Esse departamento era dividido em cinco seções: Divisão de Divulgação, Divisão de Cinema, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Divisão de Radiodifusão.

Temos no DIP um mecanismo de controle, de divulgação e de manipulação de informações do governo, interna e externamente, usando todos os meios de comunicação disponíveis. A importância no Brasil desse tipo de propaganda governamental ideológica transmitida via rádio é incalculável, pois num país de grande extensão territorial, onde a capital administrativa era distante dos cidadãos e, principalmente, quando a maioria desses era analfabeta, as notícias irradiadas não necessitavam de outro processo além da escuta. De acordo com Marcos Júlio Sergl (2010, p. 225), podemos definir assim essa propaganda ideológica:

A propaganda ideológica, mais complexa, tem como meta direcionar o pensamento e, conseqüentemente, o comportamento social do cidadão, no sentido de manter as condições em que se encontra ou de modificá-las em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural sem que o receptor perceba que se trata de propaganda. Determinados grupos, detentores do poder, impõem, pelo controle dos meios de comunicação, pela manipulação dos conteúdos das mensagens ou pela censura, suas ideias, levando o cidadão a ouvir informações aparentemente neutras, que, de fato, favorecem determinados pontos de vista.

O Departamento de Imprensa e Propaganda soube usar muito bem esse tipo de propaganda ideológica, usando a mídia e fazendo um enorme investimento para que crescesse o número de aparelhos de rádio, na criação de programas que, aliados a propagandas comerciais, aumentariam a audiência das emissoras e a sua renda.

Mas a Segunda Guerra Mundial traria para o país o descontrole do DIP, que já não conseguiria filtrar todas as notícias. Com isso, o governo, transformado em perfeito, mostraria suas falhas e seria amplamente criticado pelos meios de comunicação, podendo se manifestar sem o controle do Departamento. O presidente foi deposto, o DIP extinto e vimos uma nova fase se instalar na política e no controle das informações.

Quando Dutra assumiu ao poder, o brasileiro *ganharia* a liberdade de expressar livremente seus pensamentos, apesar de algumas restrições. Othon

Jambeiro (2004, p. 138) demonstra como era essa liberdade com restrições: “[...] ampliou os mecanismos de controle e punição, estabelecidos na Constituição de 1934, no que diz respeito à propaganda de guerra, a processos violentos que possam subverter a ordem pública e social, ou a preconceitos de raça ou de classe”. A responsabilidade de controle sobre a radiodifusão ficou nas mãos do Conselho Nacional de Segurança, criado para manter as restrições às concessões sob a tutela do estado.

O período democrático, iniciado logo após um governo totalitário, fez uso de alguns mecanismos de controle, mesmo dando a sensação de liberdade total. O governo criou decretos-leis que tinham a função de manter o controle e a censura sobre as informações divulgadas. São os seguintes decretos: o de número 8.543, de 03 de janeiro, e o de número 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Para Othon Jambeiro (2004, p. 140), “[...] trata-se de dois decretos bastante relevantes, um visando coibir excessos no uso da radiodifusão, e o outro redefinindo o papel de um órgão de censura, mantido em funcionamento regular e, a partir dali, legalizado, dentro da nova ordem”.

Com o fim do governo Dutra, assistimos, novamente, Vargas no poder, mas a sua influência sobre os meios de comunicação se tornou fraca devido à grande oposição de grandes redes de emissoras, como a de Assis Chateaubriand e a da família Marinho. Depois do suicídio de Vargas, Juscelino assumiu ao poder e, apesar de ser considerado por muitos um presidente democrático, conhecido como o presidente “bossa-nova”, acabou por censurar alguns nomes contrários ao seu governo. Carlos Manhanelli e Fábio Ciaccia (s/d, p.7) descrevem esse cerceamento da liberdade de expressão por parte do governo JK:

Apesar de ser reconhecido como um dos presidentes mais democráticos da história do país, não deixou de usar a censura quando conveniente. O então deputado Carlos Lacerda foi uma de suas vítimas, devido aos seus ácidos discursos contra o governo. Assim como feito durante o Estado Novo criaram-se limitações ao aparecimento de indesejáveis no rádio e na televisão e Lacerda era um desses personagens. O deputado Paulo Mincarone também foi vetado, pois criticava a compra do porta-aviões Minas Gerais. As rádios Iracema, de Fortaleza, e Marajoara, de Belém, não cumpriram a determinação e foram fechadas temporariamente, por supostas irregularidades nas instalações.

A censura velada de Juscelino deu espaço a um período muito conturbado da política brasileira, que foi a posse de Jânio Quadros, um governo baseado na

moralidade dos costumes, mas principalmente na distribuição de regras em forma de decretos-leis, na autoridade de um político que queria as coisas do seu jeito, mas principalmente num presidente de ambiguidades e contradições. Seu modo de governar se instalou nos meios de comunicação e todos, de maneira incrédula, assistiram à polêmica renúncia do presidente.

Com toda a polêmica da posse de João Goulart, o rádio foi o principal meio de articulação tanto dos que eram a favor como dos que eram contrários ao seu governo. Do mesmo jeito que o rádio foi usado de forma ilegal, para que os manifestantes da Legalidade fizessem seus discursos, o governo provisório também tentou censurar as transmissões desses discursos. Mas, por fim, com a posse de Jango, vemos um governo populista sendo atacado por vários adversários políticos, através dos meios de comunicação.

O rádio foi usado, mais livremente, durante todo o período democrático, mas ainda assim contando com mecanismos de controle, como, por exemplo, o Departamento Nacional de Informações (DNI). Ainda veríamos a Agência Nacional, antes subordinada ao DNI, tornar-se o departamento responsável pela divulgação do programa A Voz do Brasil.

A ditadura, com a deposição de Jango, trouxe para o Brasil um agravamento da censura, ela era agora sem véus, era real. Os Atos Institucionais, principalmente o de número 05, acabou por tornar todos os meios de comunicação, principalmente o rádio, um instrumento muito bem controlado pelo Estado. Osmani Ferreira da Costa (2005, p. 57) retrata esse controle no período:

Durante a ditadura militar, a imprensa brasileira foi cerceada igualmente pelos atos de exceção, mas agora com base na política de segurança nacional, na qual o Estado vê inimigos em todos os lugares de onde possam vir críticas ao poder e à forma de governo. A imprensa e seus profissionais mais combativos sofreram sistemática perseguição política, censura e pressão econômica. Muitos jornais foram invadidos, fechados e proibidos de circular. Emissoras de rádio e de TV foram lacradas e colocadas fora do ar por longos períodos e até mesmo em caráter definitivo. Profissionais foram presos, torturados, mortos ou expulsos do País.

Essa censura estava muito bem articulada, pois havia em cada emissora um sensor, além de ter uma lista do que podia ou não ser noticiado, que controlava todas as ações dos radialistas e jornalistas. Mas não eram somente as notícias que eram censuradas, as músicas também o eram. Vemos, durante todo o período de ditadura militar, um grande número de emissoras de rádios sendo fechadas, isso

porque como as concessões eram de responsabilidade do governo federal, aquelas que não se adaptavam tinham suas concessões cassadas. Boris Fausto (2002, p. 259) descreve a criação deste órgão de censura:

Em junho de 1964, o regime militar deu um passo importante no controle dos cidadãos com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o General Golbery do Couto e Silva. O SNI tinha como principal objetivo expresso “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno”.

A Ditadura criou órgãos especializados no cerceamento e controle das informações que podiam ser divulgadas, até mesmo de que maneira essas informações poderiam ser levadas ao público. Com a posse do primeiro militar, notamos haver uma maior censura nos meios de comunicação, com o Serviço Nacional da Informação (SNI). Foi depois da posse de Costa e Silva e da criação da Assessoria Especial de Relações Públicas da República (AERP), que o controle aos meios de comunicação ficou mais intenso. Lilian Perosa (1995, p. 94-95) discorre sobre a importância desse departamento:

Faz sentido dizer, portanto, que o projeto de Comunicação Social orientado pela AERP esteve completamente adequado ao novo modelo de desenvolvimento econômico em implantação no país, caracterizado por uma forte tendência à concentração de renda. A “integração nacional”, absorvida como princípio pelo órgão, virou a eliminação, via propaganda oficial, das contradições sociopolíticas econômicas, regionais e culturais existentes, de forma a obter um consenso em torno do projeto do Estado tecnocrático-militar.

Heloísa Matos (2008, p. 176) também discorre a respeito disso:

A AERP se propunha a abrir canais de comunicação entre governantes e governados como meio de obter a integração do sistema político para a execução do projeto governamental. Formulou também os princípios que orientariam as ações de comunicação social do governo: legitimidade, impessoalidade e verdade, como princípios éticos, e integração e eficiência como marcos da ação operacional do sistema de comunicação, buscando a utilização produtiva dos recursos e técnicas disponíveis, com a participação de todos os meios de comunicação. A adesão popular ao projeto governamental, traduzida pela participação, é considerada condição básica para a consecução dos objetivos nacionais.

Além do controle da informação, esses órgãos tinham a função de ajudar os militares a legitimar o novo governo garantindo “[...] a manipulação ou mesmo a

supressão de notícias que, na sua visão, poderia abalar a imagem de desenvolvimento divulgada” (PEROSA, 1995, p. 95). Era o mesmo modelo de controle utilizado por Getúlio Vargas ao instituir o Estado Novo, alegando o perigo comunista para manter o poder. Maria José de Rezende (2001, p. 46) destaca ainda como o regime se estruturou a partir da ideologia da Escola Superior de Guerra e como toda a sociedade estava sendo cerceada:

Desde o imediato pós-golpe, o regime passava, então, a investir seus esforços para colocar em funcionamento os instrumentos e técnicas de ação indicados pela Escola Superior de Guerra como divulgadores e internalizadores dos valores condizentes com a sociedade pretendida por ele. A família, a escola, os grupos de pressão, as associações de pais e professores, as associações de mães, a imprensa, o rádio, a televisão deveriam, segundo a ditadura, ter suas ações e convicções voltadas inteiramente para a construção da ordem, harmonia, coesão e integração nacional.

No início, segundo Osvaldo Biz (2004, p.67) “[...] o discurso do regime nos seus primeiros anos centrou-se no combate ao comunismo, sendo vinculada intensa propaganda nesse sentido”. No entanto, conforme o tempo ia passando, a necessidade de criar novos caminhos para a manutenção do regime foi, de acordo com o mesmo autor, “[...] substituído por um discurso otimista que colocava toda sua ênfase no Brasil Grande, no Brasil-potência e no ‘Milagre Brasileiro’. Isso pode ser considerado uma clara evidência de que a base de legitimação do regime estava sendo deslocada” (BIZ, 2004, p. 67).

Todavia, antes de a cortina fechar, a Ditadura Militar fez bom uso dos seus mecanismos de censura e de cerceamento das liberdades dos brasileiros. O projeto de Segurança Nacional, implantado no Brasil logo após o início da ditadura, deixou graves cicatrizes no coração e na mente dos defensores de um país com liberdade de imprensa e de opinião. No próximo capítulo, veremos como o programa Radiofônico *A Voz do Brasil* foi usado como divulgador de informações governamentais da Era Vargas até o fim da Ditadura Militar.

4 O PROGRAMA RADIOFÔNICO *A VOZ DO BRASIL*

O programa radiofônico *A Voz do Brasil* foi criado antes da instalação do Estado Novo. Dessa forma, não é um equívoco analisá-lo como um instrumento de preparação para o golpe e um meio de legitimação após a implantação desse governo. Esse programa serviu como principal meio de divulgação das informações oficiais do novo regime. Após o fim do Estado Novo, o período democrático implantado não acabou com o programa, deu a ele uma nova roupagem, mas com a mesma finalidade: de levar informação do governo para a população. Ele manteve-se durante todo esse período, sendo herdado e muito bem usado pelo período de Ditadura Militar, quando a censura e o controle das informações foram à tônica desse modelo político.

4.1 A Hora do Brasil¹⁴: a divulgação das notícias governamentais

O programa criado no final de 1935, ainda no período Constitucional, serviu como importante mecanismo de divulgação das ações do governo e, principalmente, como divulgador das ações tomadas contra os comunistas no Brasil. O suposto *medo comunista obrigou* Vargas a implantar um governo mais centralizador, o Estado Novo, que teve como intuito controlar todas as ações sociais, políticas e econômicas do Brasil. Podemos perceber como foi instituído o programa *A Hora do Brasil*, neste período tão intenso da política nacional, com a afirmação de Luiz Arthur Ferraretto (2000, p. 108):

¹⁴ Durante o Estado Novo, o programa radiofônico *A Voz do Brasil* ainda era chamado de *A Hora do Brasil*, justificando a nomenclatura utilizada.

Nesta linha de raciocínio, em 22 de junho de 1935, o governo cria o programa *Hora do Brasil*, que transmitia, inicialmente, informações, pronunciamentos e música popular. O grande objetivo era a divulgação das realizações do governo. Nos dois anos seguintes, o país vive um clima de perseguição política. As eleições marcadas para janeiro de 1938. Em 1935, depois de sufocar a Intentona Comunista, o governo havia posto na ilegalidade a principal força da oposição, a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda. Acenando com o perigo vermelho, embora o principal líder do PCB, Luiz Carlos Prestes, estivesse preso desde o ano anterior, o governo denuncia, em 30 de setembro, na *Hora do Brasil*, um inexistente Plano Cohen, pretensamente preparado pelos comunistas para tomar o poder. No dia 10 de novembro, após a criação de todo um clima fictício de ameaça às instituições e de necessidade de um endurecimento do governo, o país passa a viver o Estado Novo.

Dentro desse contexto de ações anticomunistas, o programa *A Voz do Brasil* foi um importante aliado do governo para a divulgação e manipulação de informações acerca das supostas ações dos comunistas no país, aderindo ao novo modelo que estava sendo implantado. Para justificar o Estado Novo, o governo fez vincular dentro do programa o inventado Plano Cohen, que criou um pretexto para a implantação desse novo modelo político. Depois da implantação do Estado Novo, o programa, antes de geração opcional, tornou-se obrigatório para todo o país, sob o controle do DIP. Como afirma Lilian Perosa (1995, p. 44):

Integrada a esse projeto autoritário de comunicação, à *Hora do Brasil* assumiu papel estratégico. Monopolizada pelo Estado adquiriu caráter compulsório em 1937, a transmissão do programa passou a ser obrigatória, em cadeia nacional de rádio, todos os dias úteis, das 18h45 às 19h30, em ondas médias e curtas; e das 19h30 às 19h45 somente em ondas curtas, momento em que todos se encontravam em suas residências.

A primeira transmissão do programa, em 1935, segundo Lilian Perosa, teve na abertura a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes¹⁵, transmitido da Rádio Guanabara

¹⁵ “Antônio Carlos Gomes nasceu no dia 11 de julho de 1836 na vila de São Carlos (atual cidade de Campinas), província de São Paulo, seu pai, Manuel José Gomes, era músico e regente de uma banda, sendo conhecido entre os conterrâneos pelo apelido de *Maneco Músico*. Estudando música desde cedo, Antônio Carlos (ou *Tonico*, como o chamavam todos os amigos) tinha apenas oito anos de idade quando passou a fazer parte da banda de seu pai. Dentro de pouco tempo, o garoto já estava em condições de tocar qualquer instrumento da banda. Ao mesmo tempo, começava a produzir pequenas composições, algumas das quais se tornaram bastantes conhecidas em sua cidade. Pouco depois de completar 23 anos, Carlos Gomes viajou para o Rio de Janeiro, onde conseguiu ser apresentado a D. Pedro II. Este, que sempre se interessou pela carreira dos artistas e intelectuais brasileiros, fê-lo matricular-se no *Conservatório Nacional de Música*, cujo diretor era o compositor Francisco Manuel da Silva. Iniciou seus estudos com o professor Gioacchino Giannini, um italiano radicado no Rio de Janeiro desde 1846. Carlos diplomou-se com louvor. Carlos Gomes escolheu como tema de sua próxima ópera o romance *O Guarani*, de José de Alencar. A ópera, que recebeu o mesmo nome, estreou a 19 de maio de 1870 no Teatro Scala de Milão. O sucesso foi enorme. Os mais exigentes críticos musicais compararam o músico brasileiro aos grandes mestres europeus, como Rossini e Verdi. Carlos Gomes, porém, apressou-se em retornar ao Brasil, para

e retransmitido para mais oito emissoras, não alcançando a totalidade do território nacional como era o pretendido, mas já demonstrando ao público a sua finalidade principal de transmitir a toda nação as ações do governo. Esse primeiro momento era de vinculação opcional, cada emissora poderia optar ou não por sua divulgação. Era também considerado muito amador e de pouca audiência.

É importante frisar que o programa *A Hora do Brasil* não era simplesmente um noticiário político controlado pelo governo, visto que o programa disponibilizava alguns minutos para a produção cultural, nesses momentos a música popular brasileira era destaque, valorizavam-se cantores que, ao vivo, mostravam suas canções no programa. Conforme Lilian Perosa (1995, p.45-46):

[...] embora tenha sido revelado o seu caráter de divulgadora oficial do governo, principalmente dos discursos de Getúlio, à Hora do Brasil coube também a irradiação de programas culturais, uma vez que os últimos minutos foram dedicados à transmissão de sucessos da música popular brasileira. A participação de artistas famosos e de grande prestígio do público na Hora do Brasil, faz parte da estratégia de preservação do Estado getulista.

No entanto, essa disponibilidade dada à “boa música” brasileira era, na verdade, uma forma encontrada pelo governo de implantar com maior êxito seu plano de nacionalização em todos os segmentos da vida brasileira. Escutar música de qualidade, num programa de responsabilidade do governo, era, sem dúvida, um meio de mostrar ao povo o que era bom para o Brasil, o que Getúlio gostaria que o povo tivesse acesso. Conforme Lilian Perosa (1995, p.46-47):

No período da ditadura getulista, a intervenção na música brasileira foi levada às últimas consequências, a ponto de censurar aquelas que colidisse com os valores que o regime defendia. (...) A participação de artistas famosos e de grande prestígio do público na *Hora do Brasil*, faz parte da estratégia de preservação do Estado getulista.

apresentar *O Guarani* a seu patrono, o Imperador. Lançada no Rio ainda em 1870, a obra alcançou o mesmo sucesso que obtivera na Itália. Quando a República foi proclamada, Carlos Gomes, que na ocasião se encontrava em Campinas, embarcou mais uma vez para a Itália. Fiel à monarquia, recusou-se a atender ao pedido do Marechal Deodoro, para que compusesse o *Hino da República*. Convidado pelo *presidente* (equivalente ao atual cargo de *governador*) do Pará para dirigir o Conservatório Musical daquele estado, o compositor viajou para Belém, a fim de assumir o cargo. Entretanto, o grave estado de sua saúde impediu-o de introduzir no ensino musical as reformas que pretendia. Muito doente Carlos Gomes faleceu em 16 de setembro de 1896, no Pará. Sua morte, profundamente sentida, foi uma verdadeira perda nacional”. Disponível em site: <http://www.renatacortezsica.com.br/compositores/gomes.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2012 às 16h33min.

Nelson Garcia (1999, p. 145-147) também afirma que:

O eixo de toda propaganda estadonovista era constituído pela palavra falada. Os discursos de Vargas proferidos em inaugurações, comemorações e visitas e, subsidiariamente, os de seus ministros e assessores, é que fornecia o conteúdo básico da propaganda [...] Irradiação de discursos, narração de atos e empreendimentos do governo entrevistas a propósito de atos e iniciativas do governo, descrição de regiões percorridas pela comitiva presidencial, descrição de regiões e cidades do País, notícias de livros surgidos no país, audição de obras dos grandes compositores do passado e presente, principalmente brasileiros, noticiário internacional e boletins meteorológicos.

No interior do país, onde poucos tinham condições de adquirir um aparelho de rádio, já que era muito caro e precisava ser trazido do exterior, alguns estabelecimentos eram agraciados com aparelhos pelo DIP, com a finalidade única de irradiar o programa *A Hora do Brasil*. Os mesmos também seriam instalados nas praças das pequenas localidades, especialmente através de alto-falantes para que todos tivessem acesso às notícias do governo, vinculadas no programa. Segundo Lidiane Matos (2001, p. 26) “[...] nas pequenas cidades a população se reunia na praça esperando pela Hora do Brasil”. A autora ressalta ainda que “[...] o rádio, elemento de integração nacional, dava voz à *Hora do Brasil*, muitas vezes a única fonte de informação sobre o governo”.

As notícias eram lidas pausadamente, de modo a poderem ser copiadas por jornalistas do interior, transformando-se em notícias impressas. Durante os primeiros anos, um jornalista era responsável pela leitura das notícias confeccionadas pelo DIP e pelos discursos do presidente e de seus ministros, sendo também todo o programa uma única fonte de notícias do executivo, já que Vargas governava sem legislativo e judiciário ativo.

Conforme o Estado Novo se consolidava, maior era a importância do programa *A Hora do Brasil*, dentro da construção ideológica pretendida. Os discursos de Getúlio Vargas, as ações governamentais e as notícias que favoreciam ao governo eram cada vez mais bem usadas como forma de manutenção do poder. Posteriormente, o programa abriu espaço também para o ministério do trabalho, que divulgaria ações que o governo tomava para a classe trabalhadora, também muito importante dentro do modelo vivenciado. José Murilo de Carvalho (2006, p. 124-125) destaca que:

A partir de 1943, o ministro do trabalho, Alexandre Marcondes Filho, começou a transmitir pelo rádio, durante a Hora do Brasil, uma série de palestras dirigidas aos trabalhadores. O programa era de transmissão obrigatória por todas as rádios. Nele creditava-se ao Estado Novo o estabelecimento da dignidade do trabalho e do trabalhador, e a transformação em homem novo, em novo cidadão, de quem antes era excluído da comunidade nacional. Eram citadas as leis trabalhistas e previdenciárias, e outros programas, como os de construção de casas populares e de oferta de alimentação barata. O regime era apresentado como identificado com o povo e, como tal, democrático. Vargas era exaltado como o grande estadista que se tinha aproximado do povo, que lutava pelo povo, que se identificava com o povo. Era o grande benfeitor, o “pai dos pobres”.

Os trabalhadores viam em Vargas o governante que se preocupou em criar leis que os beneficiassem e em aumentar consideravelmente o salário, durante esse período. Esses discursos do ministro do trabalho serviam, antes de qualquer coisa, para manter sempre na mente dos trabalhadores quem se preocupava com eles, com quem eles poderiam contar contra os abusos das grandes empresas. Lilian Perosa (1995, p. 51) nos mostra essa preocupação de Vargas:

No redundante elogio ao trabalho feito por Getúlio esteve implícita a preocupação com a produção. O intuito foi motivar os trabalhadores a produzirem cada vez mais para gerarem maior capital, mesmo que este não tenha sido necessariamente revertido na melhoria de suas condições de vida. Existe um certo consenso entre vários estudiosos do período Vargas, de que os direitos trabalhistas que o Estado doou às massas assalariadas estiveram sempre condicionada à intocabilidade dos interesses dos grupos dominantes, por conseguinte, bastante limitados diante das demandas reais das classes trabalhadoras.

Os discursos proferidos e, conseqüentemente transmitidos pelo programa *A Voz do Brasil*, foram, acima de tudo, um meio de cativar, de unir o povo ao governo. A autora Lilian Perosa (1995, p.51) acredita também que, além dos elementos já citados, outros foram de suma importância para a funcionalidade do modelo governamental de Vargas. Um deles foi o tom paternalista que o presidente usava para se dirigir à população, desse modo de se dirigir, surgiu a figura de um presidente-pai; o outro é do mito da doação, pois tudo o que era feito tinha como finalidade a melhor qualidade de vida dos trabalhadores, era sempre um presente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o considerável aumento das transmissões via rádio, o Estado Novo, um governo centralizador, já não era tão aceito pelo governo norte-americano, que o apoiava até então. Aliado a isso, constatamos que o DIP, antes tão eficiente com o filtro de informações e notícias, já

não conseguia mais censurar os meios de comunicação contrários ao governo. Examinamos, como nos ilustra a autora Lilian Perosa (1995, p. 56), que “[...] a debilidade do DIP refletiu apenas a fragilidade que o regime autoritário-populista experimentou, uma vez que às vésperas da deposição de Vargas a conjuntura econômica, social e política se encontrava problemática”.

Vargas tentava manter o poder, mas o cenário internacional acabava por influenciar a política nacional, os adversários de Vargas agora já podiam noticiar suas opiniões mais livremente. Se o governo não era apoiado como governo centralizador, o povo também usava os meios de comunicação para solicitar a permanência de Vargas na instalação da Constituinte, mas a redemocratização era o caminho pretendido por muitos.

O programa *A Hora do Brasil*, criado com a função de divulgar as realizações do governo, serviu para noticiar o fim do governo Vargas. Lilian Perosa (1995, p.52) retrata que “[...] é de se imaginar que também Dilo Guardia¹⁶ foi o responsável pelo anúncio, em rede nacional, da deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. Junto da ditadura desapareceu o DIP, mas a Hora do Brasil resistiu”. Como bem retrata a autora, entendemos como o programa *A Hora do Brasil* manteve-se no ar, mesmo após a mudança da forma política adotada no Brasil. Essa permanência, como também sua finalidade e as consequências dessa permanência, abordaremos a seguir.

4.2 A Voz do Brasil – Democraticamente continua no ar

Com o fim do Estado Novo, o novo presidente vê-se pressionado a extinguir o programa radiofônico *A Hora do Brasil*, mas apesar de ser uma herança por muitos repudiada, era também um canal já existente entre o governo e o povo. Portanto, em vez de acabar com o programa, o presidente General Dutra resolveu mantê-lo no ar, fazendo apenas pequenas alterações, tornando-o mais democrático. Passou, a partir de 1946, a se chamar *A Voz do Brasil*, além de abrir espaço para outros setores da política brasileira, como para o Congresso Nacional.

¹⁶ Dilo Guardia era o locutor titular do programa *A Hora do Brasil* na época que Getúlio Vargas deixou o governo, em 1945.

O primeiro passo democrático do programa radiofônico *A Voz do Brasil* foi a cobertura do processo de criação da nova Constituição, que começou em 1945 e acabou em 1946, com a finalização da anterior. Mas a forma que o programa chegava à população não se alterou, pois continuava a leitura, por um locutor, das notícias e dos discursos de forma monótona e pausada. Essa nova etapa inicia, segundo Lilian Perosa (1995, p. 58):

No papel de veículo oficial do governo, a *Voz do Brasil* teve presença obrigatória não apenas na cobertura do processo de formação da Assembléia Nacional Constituinte, em dezembro de 1945, como também durante o desenvolvimento dos seus trabalhos, concluídos em 18 de setembro de 1946, quando foi promulgada a quinta constituição brasileira.

Nesse momento, vemos que a *Voz do Brasil* foi dividida entre o Legislativo e o Executivo, cada casa disponibilizaria as notícias, os discursos e ações mais importantes do dia-a-dia, da nova política brasileira. Pela primeira vez na história do Brasil, o Partido Comunista do Brasil teve como divulgar, em meio oficial, suas ideias, devido ao bom número de votos recebidos na reabertura, “[...] isso credenciou o Partido a ter direito de expressar na *Voz do Brasil*, durante a promulgação da Constituição de 1947, ao lado de outras representações partidárias mais tradicionais da época [...]”. (PEROSA, 1995, p. 59).

Entretanto, essa democracia implantada, em que até um partido de esquerda como o PCB poderia dar sua opinião em rede nacional, logo foi extinta. O PCB foi posto, novamente, na ilegalidade, dentro de um governo democrático. Foi fechada também a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que intervinha em vários sindicatos. Isso, além de se romper relações com a URSS. Todos esses episódios foram vinculados dentro do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, sempre com a posição oficial do governo.

Podemos notar, neste momento, um aumento considerável da profissionalização dos programas de rádio, principalmente dos programas voltados para o jornalismo. Datam dessa época os famosos *Repórter Esso* e *Grande Jornal Falado*. Porém, essa concorrência deveria ter mudado o estilo de jornalismo produzido pela *Voz do Brasil*, mas isso não ocorreu, já que permanecia o modelo de leitura denso de notícias e discursos governamentais.

4.2.1 A “Voz” é novamente de Getúlio

Acabara o governo do presidente Dutra e iniciara mais um mandato de Getúlio Vargas, baseado numa política conhecida como populismo. Antes mesmo, na campanha eleitoral, vemos os discursos de Getúlio vinculados à *Voz do Brasil*, assim como também a preocupação do governo americano com a nova candidatura de Vargas sendo, pelo candidato, apaziguada em discursos na *Voz do Brasil*.

Tanto no legislativo quanto no executivo, percebemos, cada vez mais, a importância que alguns ganharam. Lilian Perosa (1995) destaca que Carlos Lacerda, inimigo político de Vargas, beneficiou-se dessa nova forma imposta na *Voz do Brasil*, pois seus discursos contrários ao governo eram divulgados dentro do programa oficial.

Até mesmo em decorrência da situação pouco confortável desse mandato de Vargas, com pouco apoio popular e político, de crise econômica e principalmente política, o programa *A Voz do Brasil* acabaria por ter de se moldar. Essa nova tendência, ora acreditava na política salarial do presidente, ora não se manifestava, quando existia opinião contrária ao governo. Quando ocorreu o atentado a Carlos Lacerda e as evidências apontaram o envolvimento do presidente, o programa *A Voz do Brasil* disponibilizou espaço para este defender-se. Podemos ainda constatar que foi com grande pesar que o programa *A Voz do Brasil* noticiou o suicídio do presidente Getúlio Vargas e trouxe, ao conhecimento do povo, a sua Carta Testamento, lida integralmente no programa.

Com a morte de Getúlio, seu vice, João Café Filho, assumiu. Pressionado, extinguiu o programa, mas, por fim, necessitando fazer um discurso à nação, mandou suspender a ordem que tirava o programa do ar. Fez seu pronunciamento usando os microfones da *Voz do Brasil*, único que alcançava todo o território nacional, sob o controle do Estado. Durante sua permanência no poder, o programa noticiou e defendeu o sistema econômico implantado, voltado para as corporações internacionais. Seu mandato seria curto e abriria espaço ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

4.2.2 O desenvolvimentismo dentro da “Voz”

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o programa *A Voz do Brasil* “[...] entrou no ritmo dos 50 anos em 5” (PEROSA, 1995, p. 68-70), era; portanto, o porta-voz do plano de metas do governo. A autora ainda salienta que foi dentro do programa que o presidente buscou dar legitimidade ao seu Plano de Metas. *A Voz do Brasil* “[...] sempre procurou salientar o seu potencial de redenção nacional, de libertar o país do subdesenvolvimento, ao mesmo tempo que alardeou a sua legitimidade nacional” (PEROSA, 1995, p. 68-70). Vemos, ainda, como Adolpho Queiroz (2012, p.8) reforça a ideia que a autora já havia ressaltado, de como JK desenvolvera um modelo de propaganda muito eficiente para seu governo:

Nos anos 50, Juscelino Kubitschek de Oliveira consagrou sua ação a partir da criação de um slogan imbatível, construído pelas letras iniciais do seu próprio nome. “JK” foi uma poderosa marca de comunicação no período em que ele governou o Brasil, construiu Brasília, implementou a primeira fábrica de automóveis e adotou como marca a frase “fazer o Brasil crescer 50 anos em 5”.

O programa *A Voz do Brasil* divulgou o andamento das obras, os pedidos do governo para captar os recursos estrangeiros que acabariam por aumentar a dívida pública, tanto externa quanto interna. Foi criada, assim, uma crise inflacionária. Por conseguinte, o presidente fez uso do programa para noticiar o reajuste dos salários ou medidas para conter as perdas salariais, comuns neste momento, e o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Lilian Perosa (1995) destaca a importância do programa para a divulgação das realizações de Juscelino, assim o povo acabaria por ter conhecimento destas obras consideradas tão importante para o presidente. A mais falada, mais esperada e comemorada foi a construção da nova capital. Quando a construção foi concluída e a sua inauguração preparada, o programa *A Voz do Brasil*:

Em meados de 1960 a *Voz do Brasil* fez ampla reportagem sobre a inauguração da nova capital federal por JK, inclusive com a retransmissão na **Rádio Vaticano**, em que o papa João XXIII parabenizou os brasileiros pelo episódio. Também em 1960, o programa oficial difundiu para todo o país a visita do presidente norte-americano Eisenhower, fato revelador do prestígio internacional de JK, em função do Plano de Metas. (PEROSA, 1995, p. 72)

4.2.3 De Jânio a Jango uma “Voz” em meio a conflitos

O governo de Juscelino Kubitschek chegou ao final com a maioria de suas metas alcançadas, mas deixaria o país com grandes dívidas. A eleição para os cargos públicos pegara o gancho dessa conjuntura. Com uma campanha teatral, chegou de forma retumbante ao governo Jânio Quadros, que impôs ao programa a Voz do Brasil, um modelo mais autoritário, moralista e muito ligado à imagem do presidente. Mas de acordo com Sant’Anna e Almeida (2012, p.2):

A partir de 1962, no processo de mudança da capital federal para Brasília, e com o advento do Código Brasileiro de Telecomunicações, o programa passou a veicular informações sobre o Legislativo, levando a todos os rincões do país as notícias dos feitos parlamentares já instalados no Planalto Central, independentemente de cor partidária, nem sempre alvo das atenções da imprensa tradicional. Nos anos de chumbo do regime militar, *A Voz do Brasil* foi o único veículo em que as oposições tinham espaço para verbalizar suas críticas (Grifo do autor).

Temos o programa noticiando os discursos presidenciais baseados na reaproximação com o FMI e na repercussão da passagem de Che Guevara e sua condecoração com a maior honraria nacional, o Cruzeiro do Sul, em plena Guerra Fria. Além desses fatos contraditórios, Perosa (1995) destaca ainda que o programa foi comandado, como os demais setores da política, por bilhetinhos e por decretos. Na questão moralizadora, vemos a divulgação, dentro da *Voz do Brasil*, a luta do bem contra o mal, assim como o discurso de que precisava do apoio de todos, do sacrifício de todo povo, “um povo bom, um povo excepcional, trabalhador e honesto”, para que pudesse manter a desvalorização salarial e o baixo poder de consumo deste trabalhador.

Outro fato muito impressionante, divulgado dentro do programa durante o período de Jânio, é o discurso moralizador e provinciano. Presenciamos normas impostas sem muita lógica, referindo-se à situação econômica, social e política vivida na época pelo Brasil. Segundo Perosa (1995, p.76), segue abaixo alguns exemplos desses decretos governamentais, proibindo:

- a) O funcionamento dos jôqueis-clubes nos dias úteis;
- b) As brigas de galo em todo o território nacional;
- c) Os desfiles de misses com maiôs cavados nos concursos de beleza;
- d) O uso de lança-perfumes nos bailes carnavalescos.

Preocupado com questões cada vez mais morais, o presidente se asfixiou dentro de si mesmo, herdeiro de grandes dívidas e atuando, de forma contraditória, na política internacional e nacional. O programa *A Voz do Brasil* noticiou a renúncia do presidente, alegando “forças ocultas”. Juscelino deixou a presidência e criou uma situação complicada para a sucessão de seu vice. A autora Lilian Perosa (1995, p. 78) assim retrata este novo momento da *democracia* nacional:

[...] operando em um clima de forte crise político-institucional, a Voz do Brasil não teve alternativa senão registrar oficialmente todo o impasse criado à posse do vice-presidente de Jânio Quadros, João Goulart – o Jango.

Ao assumir ao poder, Jango o fez com poderes limitados pelo parlamentarismo que se instalou. Mesmo assim, lançou na Voz do Brasil seu programa de reformas de base, que visava o crescimento econômico e melhor distribuição de renda. No entanto, os ministros mantiveram uma política conservadora e não colocaram em prática essas reformas. Um ano depois de assumir ao governo, o programa noticiou o fim do período parlamentar e o restabelecimento dos poderes totais do presidente.

O programa *A Voz do Brasil*, conforme Perosa (1995, p. 80):

[...] surpreende os meios progressistas ao anunciar medidas coerentes com as promessas governamentais [...] transmitiu nacionalmente a posição contrária do Brasil a qualquer sanção militar, econômica ou rompimento propostas pelos Estados Unidos da América [...].

Assim, define-se o novo modelo de transmissão efetuado pelo programa descrito por Lilian Perosa, mais voltado para o estilo político do novo presidente.

Depois do anúncio do fim do governo parlamentarista, o programa a Voz do Brasil começou a noticiar as mudanças almeçadas pelo presidente, no lançamento das reformas por ele pretendidas. O primeiro foi o Plano Trienal que, apesar de tentar normalizar a economia nacional, não foi bem sucedido, tendo que ser substituído pelo programa das Reformas de Base pensado pelo presidente como uma possibilidade de mudanças estruturais e políticas.

O programa *A Voz do Brasil* noticiou as tentativas de implantação dessas reformas e também o movimento de oposição das classes dominantes, que mais sofreriam com elas, como os latifundiários com a reforma agrária, por exemplo.

Começou, com essas oposições, um período de muita tensão na política nacional, pois a oposição começaria a questionar cada vez mais a permanência de Jango no poder. Dentro desse movimento de contestação ao governo federal, *A Voz do Brasil* fez uma cobertura especial aos discursos de João Goulart, como nos mostra Lilian Perosa (1995, p. 83):

Em meio à crise político, institucional e econômica que se desenvolveu no país, a *Voz do Brasil* realizou, em 13 de março de 1964, a cobertura completa do grande comício da Central do Brasil. O evento, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e pela Assessoria Sindical de João Goulart, visou pressionar a definição do Legislativo para a votação das Reformas de Base.

Entretanto, o comício acabou por articular ainda mais os opositores, que fariam com que o governo se desestabilizasse. Pediam a renúncia do presidente. Por fim, *A Voz do Brasil* noticiou a saída de Jango do poder e a posse da Junta Militar, que se declarava a favor de mudanças revolucionárias – visando ao desenvolvimento econômico e a segurança nacional dentro da Doutrina de Segurança Nacional, criada pelos EUA para engajar todos contra os comunistas.

O programa *A Voz do Brasil* sofreu mudanças durante o governo Jango. Segundo Perosa (1995), o crescimento do legislativo ocasionou um acréscimo de tempo para que esta casa pudesse se pronunciar, de dez minutos passou para trinta, os outros trinta minutos seriam divididos pelo executivo e judiciário. Isso, principalmente pela distância da nova capital e pela necessidade de chegar a todo o território nacional, as principais demandas do governo. Essas mudanças foram postas de lado com a Ditadura Militar. O programa passou por mudanças mais centralizadoras, como veremos a seguir.

4.3 A Voz do Brasil: instrumento utilizado pelos ditadores

Quando a Ditadura Militar se instalou no Brasil, o rádio já não era o único meio de informação de massa em funcionamento, a televisão havia sido recém trazida para o país. O rádio, a princípio, não sofreu tanta concorrência, mas os militares achavam que este novo aparelho seria melhor para divulgar as ações

governamentais. Mas a preocupação com o rádio e, principalmente com o programa *A Voz do Brasil*, continuava sendo um importante elo entre o governo e a população com pouco acesso à política enquadrada, de acordo com Perosa (1995). A “guerra psicológica” do novo modelo é reforçado por Heloísa Matos (2008, p. 176):

Com a associação do segmento de comunicação ao capital internacional, novas tecnologias dos meios audiovisuais privilegiaram a televisão como veículo de comunicação primordial para a reprodução do discurso do regime militar. A escolha da televisão, pela AERP, como o veículo principal para a difusão da propaganda governamental deve-se principalmente ao fato de que esta mídia é democrática, niveladora, e seus avanços em todo o mundo tendem a reduzir desigualdades, a aplainar diferenças, a mudar conceitos de status. Colocando-se como veículo nacional, a televisão concentrou, gradativamente, as inversões publicitárias.

O governo, através da AERP, formou um amplo controle sobre os meios de comunicação. Apesar de darem à televisão uma importância maior, como divulgadora da ideologia propagada, haveria uma “[...] preocupação com o desempenho do noticiário radiofônico oficial ‘Voz do Brasil’, foi esta preocupação que originou a primeira pesquisa de audiência que apontou que “apenas 8% dos brasileiros ouviram frequentemente o programa oficial, enquanto 51% nunca o ouviram e 41% só raramente. A pesquisa limitou-se às zonas rurais, onde o AERP supôs ser maior a penetração do programa” (PEROSA, 1995, p. 95).

Essa preocupação com o interior do Brasil devia-se, sobretudo, ao fato da falta de outro modo de comunicação de massa que pudesse chegar até a população. Apesar da televisão já estar se estruturando no país, a zona rural ainda não dispunha de luz elétrica; portanto, era impossível ter um aparelho que dependia desta energia. Então, o governo resolveu fazer uma remodelagem no programa radiofônico *A Voz do Brasil*, para aumentar a sua audiência. Lilian Perosa (1995, p. 96) assim retrata essa modernização:

Preocupado com a necessidade de fazer com que a Voz do Brasil competisse em audiência com as emissoras de televisão nos grandes centros urbanos, o presidente Médici pediu ao ministro Leitão de Abreu que examinasse as possibilidades de reestruturação da primeira meia hora do programa destinada ao noticiário dos Poderes Executivo e Judiciário. A orientação presidencial a ser seguida conteve-se na sucinta recomendação: “Menos nomes e mais fatos”.

Nesse momento, podemos perceber várias mudanças no programa, começando na mudança da abertura musical. Antes, O Guarani, depois o Hino da

Independência. Teve também seus primeiros dez minutos destinados a um Jornal que tinha a função de divulgar as “[...] notícias julgadas de maior importância do país, oficiais ou não, bem como as procedentes do Exterior e cujo conteúdo, segundo a AERP, poderia se constituir matéria de interesse público” (PEROSA, 1995, p. 97). Outra mudança muito importante foi o noticiário esportivo: “[...] inclusive as que se referiam às partidas programadas para a Loteca e, as segundas-feiras, o número de acertadores e o prêmio que seria pago” (PEROSA, 1995, p. 97). Essas foram as mudanças mais significativas, que aumentaram a audiência do programa.

Dentro dessas mudanças, devemos destacar a inclusão do noticiário esportivo dentro do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, pois o governo inseria uma ideologia de exaltação aos jogadores, principalmente quando das vitórias em copa do mundo. Lilian Perosa (1995, p.99) destaca que:

[...] no dia em que o Brasil foi tricampeão todo o noticiário da Voz do Brasil foi dedicado ao episódio, dando ênfase às entrevistas com os jogadores no vestiário, realizadas diretamente do México, e a repercussão da vitória brasileira junto aos ministros de Estado.

Além do esporte que foi inserido dentro do programa *A Voz do Brasil*, outro elemento, conhecido como tecnocrata, foi a inclusão de notícias que deram visibilidade para as estatísticas que acabariam por demonstrar como estava o crescimento do Brasil, aspecto muito importante dentro da percepção militar para a legitimação e manutenção do governo. Como demonstra Lilian Perosa (1995, p.102), essa prática, durante todo o período de ditadura militar:

De fato, de 1964 a 1980, tornou-se comum ouvir na Voz do Brasil, por exemplo, que o Brasil saltou de 50º para 10º lugar na lista de nações com maior Produto Interno Bruto, que concentrou mais de um quarto de todo o desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo, que ampliou, diversificou e elevou o nível técnico da produção nos campos e fábricas. Além disso, enfatizou-se o aumento, acima da taxa de crescimento da população, de medidas expressivas de desenvolvimento social, como o número de matrículas em todos os níveis de ensino, o número de leitos em hospitais, de médicos, de domicílios com água, luz, esgoto etc. Foi o “milagre brasileiro” propagado em estilo delirante pela tecnocracia.

Mas a realidade era diferente da noticiada de forma tão maravilhosa no programa. No dia-a-dia, a população sofria com a desvalorização salarial e com a inflação muito acima do anunciado, além do conhecimento da população sobre os fatores que tratavam do desenvolvimento nas áreas de saúde e educação, que não

eram tão boas como as anunciadas. A população acostumou-se a ouvir que não havia problemas, e então quando empresas fechavam suas portas, o governo acusava as próprias, por mau gerenciamento, porque o governo divulgava índices excelentes da economia nacional.

Além dessas notícias *maravilhosas*, o governo, através do programa *A Voz do Brasil*, noticiou, em 1966, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que passou a garantir ao trabalhador uma pequena instabilidade empregatícia, mas abrindo brechas para o descumprimento de outras normas trabalhistas como o do aumento sindical, que muitos empresários não cumpriam em função dessa nova lei. Outros atos também tiveram destaque no programa, entre os quais, de acordo com a autora Lilian Perosa (1995, p.105):

A criação do PIS-PASEP, BNH, Mobral, Supletivo, Reforma Universitária, Lei de Greve, reformulação na Legislação Trabalhista, Transamazônica etc., constituíram temas do noticiário oficial, sempre realçando-se a sua importância para a Nação, entendida evidentemente na lógica tecnocrática¹⁷ daquele que se convencionou chamar o “ideólogo da revolução”, o general Golbery do Couto e Silva (...).

Essas medidas acabaram não sendo as únicas a serem noticiadas, pois além dessas, voltadas para a economia interna, era através do programa *A Voz do Brasil*, que eram noticiadas as leis que conduziram a política voltada para o exterior, como as leis de Remessas de Lucro e a Lei de Garantia de Investimentos. Era uma clara atenção aos interesses dos grandes industriais e de financeiras e multinacionais em detrimento aos interesses dos trabalhadores, que foram proibidos de fazerem greve ou reivindicações. Esse modelo estava em total consonância com o modelo capitalista, propagado e apoiado pelos Estados Unidos da América.

Esses fatores, tanto os esportivos quanto os do crescimento nacional, foram ditados dentro de um autoritarismo, que também foi sentido e vivido dentro do programa *A Voz do Brasil* – o porta-voz dos Atos Institucionais que privaram os meios de comunicação e a população da liberdade. Lilian Perosa (1995, p. 107) descreve que:

¹⁷ Lógica tecnocrática: “[...] nesse sentido, construiu uma imagem baseada em pretensão “conhecimento científico” não contaminado por ideologias, mas na evidência de fatos lógicos e pragmáticos, a serviço de todos”. (PEROSA, 1995, p. 104).

[...] com o AI-5 a perseguição política e ideológica foi desencadeada, parlamentares perderam seus mandatos, cientistas perderam seus cargos. A primeira lista de cassação tinha mais de cem nomes e foi anunciada com exclusividade pela Voz do Brasil.

A imprensa começou a sofrer maior censura por parte do governo. Evidentemente, que o programa *A Voz do Brasil* também sofreu com esse cerceamento. Atrelado ao ideológico político do período, o programa ficou proibido de noticiar fatos que retratassem Juscelino Kubitschek e dom Hélder Câmara, como também assuntos relacionados com a Conferência dos Bispos do Brasil e da Fundação Nacional dos Índios.

As reportagens deveriam ter um texto “seco, direto, sem machucar ninguém ou dourar a pílula, enfatizou um repórter do programa, reproduzindo claramente o discurso da “razão técnica”, suporte ideológico do Estado autoritário”. É assim que Lilian Perosa (1995, p. 108-109) descreve como os jornalistas responsáveis pelo programa oficial do governo se moldaram aos novos tempos, aos novos mecanismos de controle de informação. Dentro desse contexto, a mesma autora apresenta a situação dos jornalistas:

A coação para legitimidade atingiu gravemente pré-requisitos essenciais da prática jornalística, que se traduziu na indagação necessária sobre o tema proposto, com o objetivo de melhor informar a opinião pública. Na medida em que a ordem da chefia de redação foi “não constranger as autoridades” – equivalente a “não fazer perguntas inconvenientes”, talvez “reforçar a palavra oficial” ou, muito melhor, “não perguntar”, apenas registrar passivamente o fato – qualquer iniciativa contrária a essa orientação resultaria na demissão do repórter.

Vimos, então, repórteres serem despedidos, por incluírem perguntas que deixavam os entrevistados constrangidos, verificamos o exemplo a seguir, da repórter Nadja Barreto:

[...] repórter Nadja Barreto, designada, em meados de março de 1980, para realizar um balanço das atividades do Ministério do Interior para a Voz do Brasil. Além das perguntas pautadas pela EBN¹⁸, a repórter acrescentou outras ao ministro Mário Andreazza. (PEROSA, 1995, p. 109).

¹⁸ EBN: Empresa Brasileira de Notícias. A EBN tinha por objeto: recolher, produzir, transmitir e distribuir diretamente ou em colaboração com os meios de comunicação social, o noticiário referente a atos e fatos da Administração Pública Federal e outros de interesse público, de natureza política e econômico-financeira, cívica, social, desportiva, cultural e artística; recolher, elaborar e distribuir aos meios de comunicação social, entidades públicas, empresas privadas nacionais, internacionais ou estrangeiras, notícias, fotografias, produções de artes gráficas, boletins e programas informativos, de interesse nacional, mediante processos gráficos, fotográficos, eletrônicos, cinematográficos ou

O ministro ficou irritado e, por fim, a repórter foi afastada de suas funções no programa. Essa foi, na verdade, uma prática corriqueira dentro do sistema de censura imposta aos meios de comunicação. O programa *A Voz do Brasil* se estruturou dentro desse novo modelo. Como divulgador oficial, viciou neste sistema de autocensura e de “apatia diante do fato jornalístico”, que tornou-se hábito junto aos repórteres. Lilian Perosa (1995, p. 111-112) afirma que foi através da Lei de Imprensa que:

À Lei de Imprensa inseriu-se um dispositivo determinando que o Poder Executivo não seria criticado e tampouco acusado de crimes, mesmo em caso de evidências, pois não seria permitido a apresentação de provas contra o presidente da República e seus auxiliares imediatos, ou seja, seus ministros. [...] Como canal exclusivo de veiculação da visão oficial, a *Voz do Brasil*, precisou servir de exemplo – como de fato serviu – aos demais canais de comunicação, no sentido da identificação dos efetivos comandantes, emissores ou sujeitos do país, ou seja, a elite socioadministradora dos interesses do grande capital industrial-financeiro.

Assim, dentro do modelo de controle total das informações, o governo manteve dentro do programa a *Voz do Brasil* o espaço já conquistado do Legislativo, mas o Congresso Nacional usou esse espaço, em notícias previamente gravadas, respeitando os assuntos que eram proibidos pelo Executivo, bem como o espaço de cada um dos dois partidos aceitos pelo governo, a ARENA e o MDB. Ainda nesse bipartidarismo, um partido era conhecido como o da situação e o outro da oposição. Essa divisão estruturou o tempo de cada um dentro do programa. A ARENA, portanto, considerada da situação teve “[...] dois terços da representação parlamentar, por conseguinte, uma vantagem absoluta na utilização do espaço destinado ao Legislativo na *Voz do Brasil*”.

Mas se a censura a nomes de políticos ou de autoridades eram comuns no espaço destinado ao Congresso, quando estes não acatavam as notificações, simplesmente o programa era silenciado no momento em que deveria ser falado. Nada deixou os deputados e senadores mais abalados, foi o projeto de lei enviado ao Congresso que permitiria a não vinculação do programa radiofônico *A Voz do Brasil* em rádios particulares em troca de uma taxa ao governo. Dentro de um governo que já mantinha um acirrado controle aos meios de comunicação, os

políticos viram neste projeto uma forma de calar a pouca oportunidade que eles tinham de oposição.

4.3.1 A “Voz” e as mudanças que se descortinavam

Quando da posse do presidente João Batista Figueiredo, a situação econômica brasileira estava caótica, igualmente com a situação política e social, já que apesar de intensa repressão aos movimentos de contestação, o Brasil era palco de inúmeros grupos revolucionários. O novo presidente assumiu prometendo uma democracia social que, segundo ele, seria instalada de forma “lenta, gradual e segura”. Lilian Perosa (1995, p. 117-118) afirma que:

Nessa linha, em 13 de outubro de 1978, a Voz do Brasil anunciou a promulgação de Emenda Constitucional n.11, que revogou o AI-5 a partir de 1º de janeiro de 1979. Nesse mesmo ano, informou a anulação do decreto-lei n.477, de fevereiro de 1969, que se destinou a coibir a atividade política nas universidades, visando particularmente a neutralização da União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁹, cuja mobilização política marcou o início da década de 60.

Entretanto, dentro desse processo de abertura ainda pode ser observada a censura sendo articulada contra o Legislativo, que começou a não aprovar leis importantes para o governo. As grandes manifestações públicas não ganhavam espaço dentro do programa *A Voz do Brasil*. Elas existiam, mas não apareciam no noticiário oficial, não seriam de conhecimento de todo o país. De acordo com Lilian Perosa (1995, p. 120) “[...] inserida no espírito de ‘abertura’, o governo Geisel, criou, em janeiro de 1975, a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), substituta da AERP, como órgão máximo de comunicação social do Poder Executivo”.

A presidência da república instituiu a SECOM²⁰ como ministério, e seu discurso “[...] afirmou aceitar a tese do conflito como elemento de convivência social entre o Estado e a sociedade, esteve na verdade associado à necessidade de

¹⁹ UNE (União Nacional dos Estudantes): “organização estudantil fundada em 1937. A UNE apoiou os aliados na II Guerra Mundial e lutou pelo fim do Estado Novo. Igualmente lutou com obstinação contra o regime militar de 1964”. In. : NUNES, 1999. p. 148.

²⁰ SECOM: Secretária de Comunicação da Presidência da República.

legitimação de um regime no limite de sua exaustão” (PEROSA, 1995, p. 122). A autora retrata que este ministério criou a EBN para uma construção nova da ação governamental e da imagem do presidente, sempre dentro de uma visão oficial, com a EBN no controle das informações para os órgãos de imprensa. Atendendo aos pedidos a que o governo implantou, de acordo com Lilian Perosa (1995, p. 126), houve algumas inovações:

Para, tanto foram introduzidas vinhetas (pequenas ilustrações musicais intranoticiários), a participação direta do repórter na apresentação da notícia e gravações de entrevistas ou depoimentos com membros do governo. Além disso, a apresentação do noticiário ficou atribuída a dois locutores, um homem e uma mulher, para suprimir o tom linear de uma única locução masculina.

Essas mudanças não alteraram a forma técnica que o programa estava estruturado, e muito menos retirou as orientações, na verdade as proibições, sobre assuntos que o governo tinha receio que fossem divulgados, tanto por contrariar às normas instituídas, quanto por demonstrar que o governo já estava perdendo o controle dos grupos contrários aos militares.

Quando a campanha eleitoral se descortinou, tendo uma candidatura de um civil, o governo usou a EBN. O programa *Voz do Brasil* não poderia divulgar nenhuma notícia que retratasse o candidato civil, o Senhor Tancredo de Almeida Neves. Lilian Perosa (1995, p. 128) nos mostra que:

[...] eleito Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, por via indireta, à comunicação oficial não houve outra alternativa senão registrar o evento. Afinal, de acordo com as normas da empresa, ele se tornou ‘autoridade oficial’.

O programa radiofônico *A Voz do Brasil* acompanhou inúmeras mudanças dentro do cenário político brasileiro. Essas, sempre estiveram relacionadas com o modelo ao qual a política estava inserida. O programa permaneceu no ar, desde 1937 até 1985, sempre de forma obrigatória e, conseqüentemente, atrelada à censura e controle do Estado, que mostrava, através das ondas do rádio, a ideologia que tentavam implantar.

5 CONCLUSÃO

Podemos avaliar como foi nossa caminhada, desde a escolha do tema desta pesquisa, da seleção dos autores, da leitura das obras, da confecção do texto... Enfim, chegamos ao momento de apresentar nossas respostas e apreciações. Primeiramente, devemos deixar claro que este trabalho é fruto de uma pesquisa, em que se apresentam alguns resultados. Porém, ainda há muitos caminhos e, principalmente, várias outras interpretações. Os autores escolhidos como fontes dessa pesquisa nos mostram que ainda existem outras possibilidades de análise dentro desse assunto.

Percebemos, no decorrer dessa pesquisa a importância que o programa radiofônico *A Voz do Brasil* teve, desde a sua criação, ainda como *A Hora do Brasil*, para a divulgação da ideologia, das ações e da construção da imagem do presidente Vargas como “pai dos pobres”, de salvador de um país considerado atrasado, tanto no quesito educação, quanto na economia.

A vinculação de um programa oficial, em horário nobre, mesmo nesta época, era uma tentativa muito bem articulada de fazer com que o povo, a maioria moradores do interior do país, ficasse bem informado, por *fonte segura*, dos acontecimentos mais importantes do país. *A Hora do Brasil* não divulgava somente notícias, havia sempre espaço para a *boa* música brasileira. O programa abriu espaço aos autores e obras que estivessem em concordância com o projeto nacionalista do governo Vargas.

O governo de Getúlio Vargas conseguiu fazer bom uso do programa, transformando-o em porta-voz oficial de seus discursos e palestras. Com o fim de seu governo, em 1945, o programa enfrentou muita oposição, pois era uma herança de um período que muitos queriam esquecer, mas como era preciso a divulgação de informações governamentais, o programa recebeu uma roupagem mais democrática e manteve-se no ar.

Nesse período, podemos observar, apesar de ainda ter uma censura oculta, uma maior liberdade de informação, mas principalmente a inserção de grupos anteriormente excluídos do direito de expressão. Em cada mudança de presidente, dentro desse período democrático, notamos alterações no programa *A Voz do Brasil*, sempre se espelhando na formação política de cada governante. Temos,

portanto, no início, uma “Voz” voltada à preocupação com a disputa mundial, entre socialistas e capitalistas, que ocasionou a censura do Partido Comunista Brasileiro.

Após a volta de Vargas, num governo conturbado, assistimos o programa tornar-se uma tribuna de acusação e defesa. Com a morte do governante, mais uma vez o programa foi questionado e quase perdeu seu lugar dentro do governo, mas Juscelino assumiu e, através dele, divulgou suas grandes realizações. Já com Jânio, temos uma “Voz” mais centralizada, conservadora e moralizadora. Por fim, essa voz foi abandonada, com a renúncia do presidente e com a dificuldade na posse de Jango. Durante o governo de João Goulart, houve sempre uma tentativa de demonstrar certo otimismo do presidente, assim como a sua tentativa de manutenção do poder.

Na ditadura, o programa perdeu um pouco de sua importância como canal divulgador de notícias oficiais, pois os militares preferiram a televisão como meio divulgador desse perfil ideológico. Todavia, como a televisão não alcançava a todos os espaços do país, o programa foi mantido no ar e recebeu importantes mudanças, a fim de conquistar mais audiência. Entre 1964/1985, o programa *Voz do Brasil*, não foi importante somente como divulgador das ações coercitivas dos presidentes-militares, como também tornou-se um dos poucos canais em que alguns políticos da oposição conseguiram divulgar suas opiniões, mesmo que seguindo um rígido controle de censura.

Portanto, podemos dizer que a finalidade principal da permanência do programa *A Voz do Brasil*, nas diferentes formas de governos brasileiros, é a necessidade que estes tinham de manter um canal direto de notícias com a população, para que pudessem divulgar tanto as ideologias que cada um deles defendia como também a situação do Brasil, de acordo com a opinião do governo. Era um ótimo divulgador do que foi feito de *melhor* em cada período, ou seja, a construção de informação.

Se as mudanças de presidentes e de formas políticas trouxeram mudanças para a estrutura governamental do país, trouxeram também para os mecanismos de divulgação de informação, como para o programa *A Voz do Brasil*, que desde a sua primeira edição no Estado Novo até o último governo militar, em 1985, apresentou inúmeras mudanças e inovações que pretendiam aumentar a audiência.

Essas vão desde a sua divulgação obrigatória, ao acréscimo do período de apresentação, que era de 15 minutos e passou para uma hora. Mas as maiores

mudanças foram na tentativa de modernizar o programa, com a presença de uma apresentadora ou a mudança no modo que essas notícias seriam transmitidas para os ouvintes. Cada nova alteração tinha por finalidade o crescimento na audiência e, por conseguinte, uma maior manipulação de opinião popular.

No primeiro capítulo do nosso trabalho, foi possível apresentar o período político brasileiro, apontando as principais contribuições que cada um deles trouxe para a construção de uma identidade nacional. Percebemos, nesse momento, que muito mais poderia ser escrito, que muitos fatos importantes foram deixados de lado, mas o texto consegue demonstrar particularidades e, sobretudo, as diferenças/semelhanças de cada governante e de cada modelo político.

No segundo capítulo, o rádio foi o personagem principal. Através desse importante aparelho, apresentou-se o contexto desse país, que passou de agrário-exportador para industrializado, que buscava integração. Analisamos como este veículo foi usado para a criação de uma cultura de transmissão de informação através da palavra falada, alcançando inúmeros brasileiros que não tinham estudo, objetivo buscado pelo governo, que precisava sempre de muito apoio.

Dentro desse contexto de país subdesenvolvido, semianalfabeto, podemos entender como o rádio se tornou um veículo importante dentro desses governos, pois vários autores delegam ao rádio a função que o jornal cumpria para a elite. No entanto, como a maioria da população brasileira era, nesse período, analfabeta, o rádio *lia* as notícias, trazia pronto já a ação, não precisando o ouvinte nada além do escutar para a compreensão e imersão dentro do mundo pelo rádio relatado.

Se o rádio era muito importante dentro desse contexto, imagine como as pessoas que viviam longe da capital, longe dos centros urbanos, sem acesso a energia elétrica, sem educação formal adequada, sentiam-se em poderem – através de um aparelho, de uma caixa, por muitos considerada sagrada – receber *em casa* o presidente, com seus discursos, com promessas de uma vida melhor. Isso deveria ser importante para aqueles que se achavam tão longe, tão excluídos, sentiam-se, assim, parte do governo, aliados e porque não, *amigos* dos governantes.

O rádio, sobretudo o programa *A Voz do Brasil*, tinham como função também de integrar, de aproximar todo o povo desse imenso país, que nas décadas de 1930 a 1980 tinha as regiões muito mais distantes. Não havia tantos meios de comunicação, nem toda essa integração, conquistada com uma maior modernização nos transportes e em uma maior urbanização.

O terceiro capítulo foi de suma importância, nele foi feita a análise do programa radiofônico *A Voz do Brasil*. Apesar de ser o programa que há mais tempo está no ar, não tem muita bibliografia específica retratando a sua trajetória inserida dentro da política brasileira, como órgão de suma relevância na divulgação de informações governamentais.

Portanto, a pesquisa intitulada *A VOZ DO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO: DO ESTADO NOVO AO FIM DA DITADURA MILITAR (1937-1985)* tornou-se um relevante estudo acerca de um programa que continua no ar, que ainda hoje, no ano de 2012, provoca intensas discussões sobre a sua continuidade. Mas, quando às 19 horas começa a tocar *O Guarani*, hoje repaginado com arranjos do Grupo Olodum, boa parte da população brasileira desliga o seu rádio e poucos fazem a reflexão da longevidade desse programa, não pensando nem há quantos governos já prestou importante contribuição.

Discutir a permanência ou não do programa *A Voz do Brasil* no ar, ainda hoje, não é um mérito ao qual nós iremos nos deter, mas negar a sua importância ou infelizmente negar a ele seu papel na construção e na divulgação da informação desde o Estado Novo até o período da Ditadura Militar, acarretaria em uma abdicação de seu uso. Claro que um programa que foi criado para servir a um governo totalitário, e que sobreviveu perante mudanças políticas, sociais e econômicas, seria uma herança de um país com forte indício centralizador e paternalista, que usa a imprensa nacional, sempre que possível, em prol de seus interesses.

Enfim, podemos nos alegrar pelo caminho até aqui trilhado, por saber que a pesquisa que começamos com dúvidas transformou-se no texto aqui construído, que além de ser político e privilegiar as ações que vários presidentes tiveram quando assumiram ao poder, é também social, pois discute como essa política se construiu, tendo em vista e como pano de fundo um programa tão inserido na vida de muitos brasileiros, *A Voz do Brasil*.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **O governo Jânio Quadros**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio**: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. 19. ed. São Paulo: Atual, 2009.
- BIZ, Osvaldo (ORG.). **Sessenta e quatro**: para não esquecer. Porto Alegre: Literalis, 2004.
- BOURNE, Richard. **Getúlio Vargas**: a esfinge dos pampas. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de Massa sem Massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2006.
- COSTA, Osmani Ferreira da. **Rádio e política**: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX. Londrina: Eduel, 2005.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DELGADO, Márcio de Paiva. **O jornalista e o Político Carlos Lacerda nas Crises Institucionais de 1950-1955** Disponível em site: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a51.pdf>>. Acesso em: em 07 de set. de 2012.
- ESTATUTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS – EBN. Disponível em site: <<http://www.camara.gov.br/decreto-86874-26-janeiro-1982/>>. Acesso em: 23 de set. de 2012.

FALCON, Francisco. História e poder. *In*: CARDOSO, Ciro e VAIFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de Teorias e Metodologia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2002.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas**: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo ideologia e propaganda política**. Versão para e-book. Fonte digital. ROCKETEDITION, 1999.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e política de Vargas e Perón**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio e imaginário: o uso “inteligente” do veículo feito por Vargas (Brasil) e Perón (Argentina). **Revista Famecos**. Porto Alegre: Número 02, março de 1995. Disponível em site: <<http://www.univerciencia.org/index>>. Acesso em: 27 de mar. de 2011.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras; 1993.

JAMBEIRO, Othon; et. al. **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004.

MANHANELLI, Carlos e CIACCIA, Fábio. **A história do rádio na política brasileira**. Disponível em site: <http://encipecom.metodista.br/>. Acesso em: 08 de mar. de 2012.

MARCONDES, Andréia M Pennacchi. **O Poder Político, Bourdieu e a Nova Política**. Disponível em site: <http://intertemas.unitoledo.br/>. Acesso em: 24 de mai. de 2011.

MATOS, Heloísa. Governo Médici: Discurso oculto na comunicação institucional. In. : MOURA, Cláudia Peixoto de. (org.) **História das relações públicas**: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader Disponível em site: < <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/> >. Acesso em: 20 de set. de 2012.

MATOS, Lidiane Leite de. **Voz do Brasil**: do Estado Novo ao Século XXI. Monografia apresentada em 2001 à UFJF. Disponível em site: <<http://www.facom.ufjf.br>>. Acesso em: 27 de mai. de 2011.

MODESTO, Cláudia Figueiredo e GUERRA, Márcio de Oliveira. **A construção da identidade através das narrativas radiofônicas**. Trabalho apresentado no GT Comunicação Audiovisual do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010. Disponível em site: <<http://www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R19-0365-1.pdf>>. Acesso em: 26 de set. de 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NUNES, José Luiz Martins. **Dicionário de História**. Porto Alegre: Estante, 1999.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

PASCHOAL, Francisco José. **Getúlio Vargas e o DIP**: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil. Título do artigo a ser apresentado no 1º Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo, realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em site: < <http://www.ufjf.br> >. Acesso em: 13 de abr. de 2011.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do Clique**: análise do programa de rádio “Voz do Brasil” da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume/ ECA-USP, 1995.

QUEIROZ, Adolpho. **Voto, mídia e pesquisa**: propaganda política no Brasil. Acesso: 31 de mar. de 2012.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

SANT'ANNA, Chico; ALMEIDA, Beto. **Em Brasília, 19 Horas**: Pela preservação da Voz do Brasil. Observatório da Imprensa; terça-feira, 17 de julho de 2012.

Disponível em site:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/pela_preservacao_da_voz_do_brasil> Acesso em: 17 de jul. de 2012.

SARETTA, Fausto. **O Governo Dutra na transição capitalista no Brasil**.

Araraquara: Departamento de economia, UNESP. [s.d.].

SERGL, Marcos Júlio. A voz nas peças publicitárias. *In*: FERRARETTO, Luiz Artur; KLÖCKNER, Luciano (org.). **E o rádio?** : novos horizontes midiáticos. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. Disponível em site: <HTTP://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>. Acesso em: 06 de mar. de 2012.

SILVA, Antônio Carlos. **Os nacionalismos nas ondas do rádio**. Texto apresentado no Seminário Identidades Nacionais e Integração na América Latina, na UFMT, Cuiabá, em 19/11/2003. Disponível em site: <<http://seer.bce.enb.br/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2011.

SILVA, Hélio. **29 de Outubro 1946-1950**. Rio de Janeiro: Três, 1975.

_____ **As crises e as reformas (1962-1964)**. Rio de Janeiro: Três, 1975.

_____ **Os Governos Militares 1969 – 1974**. Rio de Janeiro: Três, 1975.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense; 1987.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira**: 1964 – 1984. 12. ed. São Paulo: Moderna, 1985.

VICTOR, Mário. **Cinco anos que abalaram o Brasil** (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1965.

Sites consultados:

<<http://www.historiadetudo.com/politica-cafe-leite.html>>. Acesso em: 23 de set. de 2012.

<<http://www.renatacortezsica.com.br/compositores/gomes.htm>> Acesso em: 26 de set. de 2012.